

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Weverthon Barbosa Machado

Dimensões da estratificação social: status e classe no Brasil contemporâneo

Weverthon Barbosa Machado

Dimensões da estratificação social: status e classe no Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

	M149	Machado, Weverthon Barbosa. Dimensões da estratificação social: status e classe no Brasil contemporâneo / Weverthon Barbosa Machado. — 2015. 81 f.	
		Orientador: Carlos Antonio Costa Ribeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 1. Estratificação social - Teses. 2. Classes sociais - Teses. 3. Interação social - Teses. 4. Sociologia - Teses. I. Ribeiro, Carlos Antonio Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.	
		CDU 378(043.2)	
Autorizo, apenas pa		acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial d	lesta dissertação
	As	esinatura	Data

Weverthon Barbosa Machado

Dimensões da estratificação social: status e classe no Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 20 de março de 2015. Banca examinadora:						
Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro (Orientador)						
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ						
Prof. Dr. Nelson do Valle Silva						
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ						
Prof. Dr. Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes						
Universidade Federal do Rio de Janeiro						

Rio de Janeiro



AGRADECIMENTOS

Agradeço à Faperj o apoio financeiro que viabilizou a elaboração deste trabalho.

A toda a comunidade do Iesp-Uerj, agradeço a permanente dedicação que garante um ambiente de excelência acadêmica e de convívio prazeroso, do qual me orgulho de fazer parte.

A Carlos Antonio Costa Ribeiro, meu orientador, agradeço as observações precisas que foram essenciais ao desenvolvimento deste trabalho, além da confiança e disponibilidade que sempre demonstrou.

A Nelson do Valle Silva e Flavio Carvalhaes agradeço a gentileza de aceitar compor a banca examinadora e os generosos comentários, que me ajudaram a melhorar este trabalho e enxergar seus possíveis desdobramentos. Não posso deixar de registrar que, para um estudante interessado nas diversas facetas das desigualdades sociais no Brasil, foi um privilégio ter contado com a leitura atenta do professor Nelson.

Graças às amizades construídas no Iesp, o mestrado foi bem mais que uma experiência acadêmica. Entre os amigos mais próximos nessa jornada, agradeço especialmente a Rodrigo Vieira de Assis, Marcos Prates, Thiago Brandão, Jana Leal, Ramon Araújo e Raquel Gomes.

Mesmo distantes, Nelson Goulart e Décio Vieira permaneceram interlocutores frequentes e influências decisivas, como têm sido há alguns anos.

Agradeço aos meus pais, Fernando e Ezilane, e aos meus irmãos, Wesley e Fernanda – assim como a todos os outros familiares – pelo apoio inabalável, o incentivo constante, a compreensão das ausências.

Por fim, a Diana, com quem divido e quero continuar dividindo todas as alegrias e angústias, agradeço o afeto, o companheirismo e a paciência.

RESUMO

MACHADO, Weverthon B. *Dimensões da estratificação social: status e classe no Brasil contemporâneo.* 2015. 81 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

Classe e status são os conceitos básicos adotados pela maioria das pesquisas sociológicas sobre desigualdades, estratificação e mobilidade social. Na formulação clássica de Max Weber, eles representam dimensões analiticamente distintas, ainda que correlacionadas, da estratificação, que podem influenciar diferentes esferas da vida social. Este trabalho explora a distinção entre as dimensões de classe e status no Brasil contemporâneo, dedicando especial atenção à questão da operacionalização desses conceitos de forma apropriada à pesquisa empírica. Mais especificamente, utilizo dados da Pesquisa das Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD) de 2008 para analisar, pela primeira vez, a estrutura ocupacional das amizades no Brasil e estimar, a partir dela, uma hierarquia ocupacional que interpreto como um indicador de status. Dessa forma, adoto a estratégia de construir uma escala de status que tem em seu centro a noção de distância social, em detrimento de atributos socioeconômicos ou avaliações subjetivas de prestígio. Essa escala de status está associada, sobretudo, com a educação, tanto no nível individual quanto no dos grupos ocupacionais. Ela também é altamente correlacionada a escalas de status mais tradicionais, mas apresenta discrepâncias compatíveis com sua interpretação substantiva. Além disso, a distinção entre trabalho manual e não manual parece determinante tanto na disposição dos grupos sociais ao longo da dimensão de status quanto na relação desta com as classes sociais. De forma geral, os resultados reforçam a ideia de que classe e status capturam diferentes aspectos da estrutura das desigualdades.

Palavras-chave: Estratificação social. Max Weber. Classe. Status. Interação social.

ABSTRACT

MACHADO, Weverthon B. *Dimensions of social stratification: status and class in contemporary Brazil.* 2015. 81 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

Class and status are the basic concepts underlying most sociological research on inequality, stratification and social mobility. In Max Weber's classic definition, they represent distinct, although correlated, dimensions of social stratification, that may have effects in different aspects of social life. This work explores the distinction between the class and status dimensions in contemporary Brazil, paying special attention to matters of operationalization of these concepts for purposes of empirical research. I use data from the Social Dimensions of Inequality survey (2008) to analyze, for the first time, the occupational structure of friendship in Brazil and estimate from it an occupational hierarchy that we regard as an indicator of status. Therefore, I take an approach of constructing a status scale that relies on the notion of social distance, rather than socioeconomic features of occupations or subjective evaluations of prestige. This scale is mainly associated with education, both on the individual and occupational levels. It is also highly correlated with more traditional status scales, but shows some discrepancies that are compatible with its substantive interpretation. The distinction between manual and non manual work seems to play a key role both on the rank ordering of occupational groups on the status scale and the relationship between status and social classes. The results generally support the idea that class and status grasp different aspects of the structure of inequality.

Keywords: Social stratification. Max Weber. Class. Status. Social interaction.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupos ocupacionais, exemplos de ocupações e correspondência com ISCO-88.	.37
Tabela 2 – Estatísticas de ajuste dos modelos RC(M)	.43
Tabela 3 – Escores na escala de status e estatísticas descritivas para os grupos ocupacionais	48
Tabela 4 – Correlações da escala de status com educação e renda do trabalho e coeficientes	de
regressão linear padronizados	.49
Tabela 5 – Regressão linear para status (1-100)	.52
Tabela 6 – Distribuição das classes EGP e estatísticas descritivas	.61
Tabela 7 – Regressão linear para posição social percebida	.69
Tabela 8 – Regressão linear para índice de discriminação percebida	.71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Autovalores do MDS	42
Gráfico 2 – Primeira e segunda dimensões do escalonamento multidimensional	45
Gráfico 3 – Primeira e segunda dimensões do modelo Quase-RC(2) Homogêneo	45
Gráfico 4 – Status versus ISEI	54
Gráfico 5 – Status versus SIOPS	54
Gráfico 6 – Status versus mobilidade intergeracional	57
Gráfico 7 – Distribuição do status entre classes EGP	62
Gráfico 8 – Classes EGP versus ISEI e status	64
Gráfico 9 – Médias de status por posição social percebida	68

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	CLASSE E STATUS: DE CONCEITOS A VARIÁVEIS	12
1.1	Introdução	12
1.2	Marx e as classes sociais	12
1.3	O paradigma weberiano: classe e status	15
1.4	Usos e desusos do paradigma weberiano	19
1.5	De volta a Weber: operacionalizando classe e status	22
2	UMA ESCALA DE STATUS RELACIONAL PARA O BRASIL	33
2.1	Introdução	33
2.2	Dados, categorias e métodos	34
2.3	Resultados	41
2.4	Status, educação, renda e raça	48
2.5	Status e outras hierarquias ocupacionais	53
2.6	Conclusão	57
3	FRONTEIRAS, HIERARQUIAS E PERCEPÇÕES	59
3.1	Introdução	59
3.2	Estrutura de classes e status	59
3.3	Análises ilustrativas	66
3.3.1	Posição social percebida	67
3.3.2	Experiência de discriminação	70
3.4	Conclusão	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77

Introdução

Poucos sociólogos discordariam que as desigualdades são, sobretudo nas sociedades contemporâneas, um fenômeno multidimensional. Isso significa que é impossível compreender os processos de produção e reprodução das desigualdades sem levar em conta a articulação de diversas formas de vantagens e desvantagens. Para isso, é necessário que as diferentes dimensões da estratificação social sejam definidas e operacionalizadas o mais precisamente possível.

Essa ideia, que inspira o presente trabalho, subjaz a grande parte da produção contemporânea na área de estratificação social, ainda que nem sempre se traduza ou seja explicitada na prática da pesquisa. Assim, segundo Grusky (2001) podemos pensar esquematicamente nos sistemas de estratificação como compostos por

(1) the institucional processes that define certain types of goods as valuable and desirable, (2) the rules of allocation that distribute these goods across various jobs or occupations in the division of labor (e.g., doctor, farmer, "housewife"), and (3) the mobility mechanisms that link individuals to jobs and thereby generate unequal control over valued resources. (Grusky, 2001, p. 3)

De acordo com esse referencial, as desigualdades são produzidas pelos processos pelos quais diferentes recompensas (vantagens e desvantagens) são associadas a posições sociais e os indivíduos são alocados nessas posições. Considerando os diversos tipos de recursos materiais e simbólicos associados às posições sociais e os determinantes e condições da alocação a essas posições, podemos investigar questões como o grau e padrão das desigualdades, sua rigidez e continuidade temporal e, especialmente relevante para este trabalho, a "cristalização", isto é, o grau de associação entre diferentes tipos desigualdades ou "dimensões" da estratificação (Grusky, 2001).

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é discutir e explorar empiricamente a distinção entre classe e status no Brasil contemporâneo. A referência fundamental é a concisa e influente definição desses conceitos por Max Weber (1998, cap.4; 1999, cap. 2, §6). Mas tão importante quanto a discussão de Weber é sua apropriação pelas gerações de sociólogos que se seguiram e sua tradução em programas de pesquisa empírica. Dessa forma, este trabalho remete-se principalmente à tradição de análise de classe conhecida como neoweberiana e aos

¹ Tradução: "(1) os processos institucionais que definem certos tipos de bens como valiosos e desejáveis, (2) as regras de alocação que distribuem esses bens entre vários empregos ou ocupações na divisão do trabalho (por ex.: médico, fazendeiro, "dona de casa"), e (3) os mecanismos de mobilidade que conectam indivíduos aos empregos e, portanto, produzem controle desigual de recursos valiosos."

esforços recentes de incorporação da dimensão de status por alguns de seus principais expoentes – por exemplo, Chan e Goldthorpe (2004, 2007), Torssander e Erikson (2009); Goldthorpe (2012).

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo estabelece as bases teóricas que nortearão o trabalho, a começar por uma breve incursão às contribuições clássicas de Marx e Weber. Longe de exaustiva, o objetivo dessa discussão é duplo: explicitar os fundamentos da distinção entre classe e status — que está diretamente relacionada com a crítica weberiana à teoria de classes marxista — e as características deste último conceito que inspiram, em um desdobramento da tradição neoweberiana de análise de classes, sua operacionalização através de escalas de interação social. Em seguida, situo brevemente a evolução do paradigma weberiano de classe e status na segunda metade do século XX. Ainda no primeiro capítulo, abordo uma questão central aos objetivos deste trabalho: a construção de indicadores de classe e status apropriados à pesquisa empírica. Dado o objetivo específico do trabalho de estimar uma escala de status, maior atenção é dada à construção de hierarquias ocupacionais que se remetem em maior ou menor medida a este conceito. Assim, boa parte do capítulo 1 é dedicada à análise dos três principais tipos de escalas de status ocupacional: as escalas de prestígio, os índices de status socioeconômico e as escalas de interação social.

O segundo capítulo apresenta o principal exercício empírico do trabalho e sua contribuição mais original: a construção da escala de status ocupacional baseada nos padrões de interação social no Brasil. Utilizo dados da Pesquisa das Dimensões Sociais das Desigualdades, *survey* com abrangência nacional conduzido em 2008, para analisar pela primeira vez a estrutura ocupacional das amizades no Brasil e identificar a principal dimensão hierárquica subjacente a essa estrutura. Além dos aspectos metodológicos da estimação dessa escala e da distribuição dos grupos ocupacionais ao longo dela, são descritas suas relações com renda, educação, raça e outras hierarquias ocupacionais. A comparação com outras escalas é especialmente instrutiva, pois permite avaliar se, de fato, as diferentes formas de hierarquizar as ocupações produzem resultados coerentes com as teorias que as fundamentam.

Por fim, o último capítulo concentra-se na relação do status com as classes sociais, lançando mão do esquema de classes EGP (ou de Goldthorpe). Para fins comparativos, utilizo tanto a escala de status produzida no segundo capítulo quanto um índice internacional de status socioeconômico (ISEI). Além disso, exemplifico o uso dos indicadores das dimensões de classe e status em análises de regressão envolvendo a posição social percebida e a experiência de discriminação.

1 CLASSE E STATUS: DE CONCEITOS A VARIÁVEIS

1.1 Introdução

Classe e status são os principais conceitos norteadores dos estudos sociológicos sobre as desigualdades, não obstante a presença de outros temas fundamentais, como as desigualdades raciais e de gênero. Eles destacam aspectos distintos da diferenciação social e, portanto, relacionam-se com abordagens teóricas e estratégias metodológicas específicas para a compreensão das desigualdades. Em que pesem as contribuições decisivas de muitos outros autores, o debate conceitual sobre as classes remete-se sobretudo às formulações clássicas de Karl Marx e Max Weber. Este último nos legou também a principal discussão do status como forma de estratificação social distinta das classes. Nas próximas duas seções deste capítulo, exponho os principais atributos das teorias de classes de Marx e de classe e status em Weber. A quarta seção analisa a apropriação desses dois conceitos em influentes tradições de pesquisa da segunda metade do século XX nos Estados Unidos e Europa.

Tão importante quanto os debates teóricos, entretanto, é a tradução dos conceitos para as pesquisas empíricas. Gerações de sociólogos se dedicaram à tarefa de construir indicadores apropriados para a investigação da estrutura de classes e hierarquias de status. A quinta parte deste capítulo explica a lógica do esquema de classes que utilizaremos neste trabalho e traça um panorama da construção de indicadores de status, com destaque para as escalas de interação social. Dessa forma, delineia-se aqui o quadro teórico-analítico que fundamenta as análises empíricas dos próximos capítulos. Questões mais específicas, de natureza tanto teórica quanto metodológica, serão consideradas oportunamente.

1.2 Marx e as classes sociais

Embora Marx não tenha oferecido uma discussão formal das classes sociais – o manuscrito do terceiro volume de *O Capital* encerra-se exatamente com um capítulo interminado sobre esse tema –, é em torno das discussões concretas sobre as classes que gravitam sua filosofia da história, sua economia, sua sociologia e seu engajamento político. Em nenhum outro autor – e na tradição teórica por ele fundada – o conceito de classe é mais importante ou mais ambicioso do que em Marx. Mesmo com eventuais inconsistências em seu uso, as características gerais do modelo de classes de Marx são relativamente claras. Classes sociais referem-se a posições na estrutura produtiva da sociedade, definidas essencialmente segundo as relações

com os meios de produção. Dessa forma, em todas as sociedades de classe é possível identificar, em um nível de análise abstrato, uma clivagem essencialmente dicotômica entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. No capitalismo, cuja gênese consiste na completa separação entre meios de produção e trabalho, essa clivagem corresponde àquela entre o capital e o trabalho assalariado. Capitalistas e trabalhadores, ou burguesia e proletariado, constituem, portanto, as classes sociais fundamentais das sociedades capitalistas.

Na verdade, essa caracterização dual dá lugar a uma imagem muito mais complexa nas análises concretas de Marx.² Quando ele se refere a sociedades ou processos históricos específicos, outras classes e frações de classe – como o campesinato, a pequena burguesia e os proprietários de terra – aparecem como atores igualmente importantes.³ Pelo menos duas razões, entretanto, explicam a ênfase de Marx na polarização entre burguesia e proletariado. Em primeiro lugar, essas são as classes definidoras do capitalismo. O que distingue o modo de produção capitalista de todos os precedentes é o encontro, no mercado, entre os meios de produção como capital e o trabalho como trabalho assalariado. É por isso que, conquanto diversos outros critérios – como a qualificação – possam ser utilizados para descrever a estrutura de classes, a fronteira da propriedade é a única realmente importante para a compreensão das relações de classe *especificamente capitalistas*, sua gênese histórica e as condições para sua superação (Wright, 1985). A exploração que subjaz às relações de classe, um postulado decisivo da teoria de classes marxista, está, no capitalismo, ancorada exatamente na propriedade privada dos meios de produção.⁴

Em segundo lugar, Marx acreditava que as sociedades capitalistas de fato tendiam à polarização entre burguesia e proletariado. A lógica inerente ao desenvolvimento capitalista, através de processos como a expansão das relações de mercado e maquinização da produção, tendia a simplificar a estrutura social, eliminando classes e frações de classe. Por um lado, a produção capitalista deteriorava e homogeneizava a situação dos operários — que viravam "apêndices das máquinas" — e empurrava para o proletariado as camadas inferiores das classes

² Vários autores sublinharam a importância de distinguir diferentes níveis de análise na teoria de classes de Marx. Giddens (1975), por exemplo, diferencia basicamente o modelo abstrato de duas classes e as descrições concretas. Wright (1985) fala de *modo de produção*, em que as classes aparecem como tipos puros de relações de produção; *formação social*, em que sociedades concretas são analisadas como combinações particulares de vários modos de produção; e *conjuntura*, que leva em conta fatores contingentes e aspectos institucionais mais específicos.

³ O melhor exemplo disso é sua análise do contexto social e político do golpe de Estado de 1851 na França, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011).

⁴ Com base na teoria do valor-trabalho, Marx formulou a ideia de exploração como apropriação, pelos capitalistas, da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Para abordagens que buscam manter a exploração no centro da análise de classes sem depender da teria do valor-trabalho, ver Wright (1985) e Sørensen (2000).

médias (Marx e Engels, 1998a). Por outro, a burguesia tendia a absorver todas as classes proprietárias, "na medida em que toda propriedade existente é convertida em capital comercial ou industrial" (Marx e Engels, 1998b, p. 61). Ou seja, a estrutura social real das sociedades capitalistas se aproximaria cada vez mais do modelo dicotômico, reduzindo a distância entre as categorias abstratas e as categorias descritivas concretas da análise de classe marxista (Wright, 1985). Evidentemente, essa previsão mostrou-se equivocada diante da expansão das classes médias, principalmente de caráter gerencial, nos países capitalistas.

Um aspecto distintivo da teoria de classes de Marx é que ela é inseparável da análise da dominação política. De acordo com a concepção materialista da história, as formas culturais, políticas e jurídicas das sociedades são condicionadas pelas relações concretas em que os homens se engajam para a produção da vida material – leia-se, as relações de classe. Portanto, o antagonismo das classes é espelhado no campo da política: a relação entre exploradores e explorados é também entre opressores e oprimidos (Giddens, 1975). Isso é importante para a compreensão da relação entre as posições de classe e as formas de ação social que elas ensejam, particularmente sua organização política. A célebre distinção de Marx entre classe-em-si e classe-para-si implica diferenciar conceitualmente classes como posições sociais objetivas nas relações de produção e classes como atores coletivos politicamente mobilizados. Nesse sentido, a discussão de Marx sobre o campesinato francês em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* é significativa:

Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. (Marx, 2011, p. 142–143)

A aparente ambiguidade dessa formulação se desfaz quando reconhecemos que Marx apenas procura acentuar que "a classe só se toma agência social importante quando assume um caráter diretamente político, quando é um foco para a ação comunal" (Giddens, 1975, p. 33). Do ponto de vista da descrição da estrutura das desigualdades, particularmente se nos valermos da noção weberiana de oportunidades de vida, não importa se uma classe-em-si transforma-se ou não em classe-para-si. As posições de classe condicionam de muitas maneiras a vida dos indivíduos independentemente de sua consciência e organização política. A

questão é que o papel que Marx atribui às classes ultrapassa em muito a determinação de oportunidades de vida, na medida em que a dinâmica das classes engloba também o conflito e a mudança social.

A associação entre interesses de classe antagônicos e confronto político é especialmente importante nas sociedades capitalistas, nas quais, dada a estruturação das relações sociais em torno das trocas mercantis e a dissolução de toda tradição e vínculo comunal, a dimensão instrumental da ação humana ganha preeminência. É respondendo instrumentalmente a condições materiais externas, notadamente as impostas por suas posições de classe, que burgueses e proletários entrariam em rota de colisão. Nessa perspectiva, a luta entre o proletariado e a burguesia e a desagregação final do capitalismo aparecem como a expressão inevitável das contradições inerentes a esse modo de produção. O progresso da indústria – "de que a burguesia é agente *passivo* e *involuntário*" (Marx e Engels, 1998a, cap. 51, ênfase minha) – a maquinização da produção, a deterioração das condições de vida do proletariado e mesmo sua organização são todos processos engendrados pela dinâmica do próprio capitalismo.

1.3 O paradigma weberiano: classe e status

Weber discutiu sucintamente o conceito de classe, contrapondo-o principalmente ao de grupos de status, em dois capítulos curtos de *Economia e Sociedade*. Suas ideias sobre as classes, pelo menos nesses textos, constituem uma crítica explícita do marxismo⁶ – embora, como aponta Giddens (1975), essa crítica seja muito frequentemente deturpada na literatura secundária, que tende a opor Weber a um marxismo grosseiro. Weber descreve classes, grupos de status (ou estamentos) e partidos como "fenômenos da distribuição de poder na comunidade", sendo os dois primeiros de maior interesse para os estudos de estratificação social. Para Weber, fala-se em classe quando

1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo *mercado* de bens ou de trabalho ("situação de classe"). (Weber, 1999, p. 176, ênfase no original)

⁶ Segundo Wright (2002), um autor marxista, a influência de Marx é mais acentuada em estudos anteriores de história econômica de Weber, que têm pouco impacto na tradição de análise de classes de inspiração weberiana.

⁵ Para uma interpretação da "lógica teórica" de Marx que destaca o caráter instrumental da ação no capitalismo termos, ver Alexander (1982).

A "situação de classe" refere-se, dessa forma, à capacidade dos indivíduos de usufruir de bens e valores tal como determinada pelos recursos econômicos, trocáveis no mercado, de que dispõem – por isso ela corresponde, em última instância, à "situação de mercado". Weber reconhece que o principal desses recursos é a propriedade e, portanto, a clivagem entre proprietários e não proprietários é para ele, assim como para Marx, o mais importante demarcador de classe. Ao contrário de Marx, por outro lado, a ênfase de Weber não é na exploração que o controle diferencial da propriedade torna possível, mas sim nas melhores oportunidades lucrativas garantidas aos seus possuidores, que se encontram em melhor posição

na luta de preços contra aqueles que, sem propriedade, não podem oferecer nada além de seus serviços em forma de trabalho ou de produtos do trabalho próprio e estão obrigados a vendê-los a qualquer preço, para garantir a mera existência. (Weber, 1999, p. 176)

Ou seja, a relevância fundamental das posições de classe consiste no fato de que elas estruturam, via mercado, as *oportunidades de vida* dos indivíduos.⁷ Nesse sentido, as categorias básicas de proprietários e não proprietários comportam uma imensa variedade de posições de classe, na medida em que diferem, por um lado, os tipos de propriedade (terras, indústrias, etc.) e, por outro, os serviços que podem ser prestados pelos não proprietários (força de trabalho bruta, habilidades específicas, etc.). Existem tantas situações de classe quantos forem os tipos de recursos econômicos a serem trocados no mercado – o que, em uma economia complexa, implica uma infinidade de situações de classe possíveis. Por isso Weber reserva o nome de "classes sociais" aos conjuntos de situações de classe entre as quais a mobilidade social é possível e frequente. Ele identifica quatro delas, evidentemente se referindo às sociedades capitalistas: os trabalhadores em geral, a pequena-burguesia, os intelectuais e especialistas e os proprietários.

Com essa definição de classe – que na verdade não é muito diferente da classe-em-si, enquanto posição objetiva em relações econômicas – Weber faz questão de enfatizar, em debate com o marxismo de seu tempo, o caráter contingente da ação baseada em classe. Para Weber, classes não são "comunidades": elas não implicam o reconhecimento subjetivo de pertencimento a um mesmo grupo. Os membros de uma classe social não desenvolvem, necessariamente, uma identidade comum que oriente sua ação. O fato de pertencer a determinada classe social com frequência condiciona a ação de forma mais simples, na medida em que, confrontados com os mesmos tipos de oportunidades e restrições, indivíduos de uma mesma

.

⁷ Para o contraste entre as posições de Marx e Weber sobre as classes em termos de ênfase na exploração, por um lado, e nas trocas de mercado e oportunidades de vida, por outro, ver Wright (1985, cap 4; 2002).

classe tendem a seguir cursos de ação similares. Mas isso não constitui propriamente ação social na terminologia weberiana, e sim um tipo de "ação de massas", isto é, é uma reação homogênea que não implica orientação intersubjetiva da ação. Assim, a ação baseada em classe, particularmente a organização política nos moldes do proletariado moderno, não está escrita nas leis do desenvolvimento capitalista, mas dependeria de condições históricas específicas, como a transparência das causas e efeitos das relações de classe, de modo que as desigualdades não sejam naturalizadas; a facilidade de reunião e a elaboração dos interesses da classe por parte de intelectuais.

Se a situação de classe condiciona as oportunidades de vida através das trocas de mercado, a "situação estamental", ou de status, é "aquele componente típico do destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou negativa, da honra, vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas" (Weber, 1999, p. 180). Em outras palavras, uma ordem de status refere-se a desigualdades estruturadas por relações de inferioridade e superioridade social ancoradas em atributos de coletividades, como etnia, religião ou ocupação (Chan e Goldthorpe, 2007).

Ao contrário das classes, os grupos de status implicariam relações comunitárias, com formação de identidades e reconhecimento do pertencimento grupal. Isso fica claro quando se considera que uma das principais formas de manifestação da situação estamental é a restrição das relações sociais não econômicas aos iguais. Em outras palavras, a interação social, principalmente de natureza íntima — Weber fala de conúbio e comensalidade, ou seja, com quem se deita e com quem se come — tende a acontecer preferencialmente entre indivíduos em posições de status semelhantes. Isso não significa a existência de fronteiras institucionalizadas ou mesmo bem definidas, o que é incomum na modernidade, pois grupos de status são muitas vezes comunidades "amorfas". Além disso, os grupos de status também se expressam por uma condução (ou estilo) de vida específica: eles são os portadores por excelência das convenções sociais e de toda a "estilização da vida".

As posições de classe e status podem estar associadas empiricamente de muitas formas. A honra social, por exemplo, pode se basear numa situação de classe – a propriedade, evidentemente, tende a conferir status, principalmente no longo prazo. De fato, no mundo moderno a situação de classe é o principal condicionante da situação de status, pois os estilos de vida dependem, é claro, da disponibilidade de recursos econômicos. Mas a associação entre recursos econômicos e status não é imediata. Pelo contrário, a distinção por status, representando o que Weber chama de "ordem social" em contraponto à "ordem econômica" das classes, forçosamente desqualifica o dinheiro e a propriedade por si só: os privilégios de status

são, por definição, antagônicos às vantagens definidas puramente pelo mercado. Daí, por exemplo, o desdém para com os novos ricos que alcançam uma posição de classe privilegiada sem qualificações de status, como educação ou estilo de vida, correspondentes. A conclusão, de enorme alcance teórico, é que classe e status são formas analiticamente distintas de estruturar as desigualdades e as formas específicas como estão relacionadas são, portanto, matéria para investigação empírica. Uma classe pode compreender várias situações de status, assim como uma situação de status pode perpassar várias posições de classe:

A situação de classe de um oficial, funcionário ou estudante, determinada por seu patrimônio, pode ser muito diversa sem que difira a situação estamental, porque o modo de vida criado pela educação é o mesmo, nos pontos estamentalmente decisivos. (Weber, 1998, p. 202)

O mesmo vale para os partidos: como associações racionalmente orientadas para a ação coletiva – seja em um clube, seja no âmbito do Estado moderno – eles podem representar interesses de classe ou de grupos de status, alguma combinação dos dois ou nenhuma dessas coisas.

Como adverte Giddens (1975), a distinção entre classe e status não deve ser tomada como, essencialmente, um contraste entre aspectos "objetivos" e "subjetivos" da estratificação. Classe e status são primordialmente – e Weber é explícito nisso – modos possíveis, e ideal-típicos, de distribuição do poder. Desse modo, eles estão associados a diferentes condições históricas. O sistema de classes está ancorado, por definição, na economia de mercado e por isso as desigualdades sociais nas sociedades capitalistas tendem a ser estruturadas sobretudo pelas relações de classe. Os grupos de status, por sua vez, assentam seu poder em condições essencialmente avessas ao livre mercado e, nesse sentido, economicamente "irracionais" – os estamentos medievais são um caso paradigmático. Mas nenhuma sociedade é puramente "de classes" ou "estamental", por isso o status pode continuar a ter relevância no mundo moderno. Como mostra o exemplo, citado acima, em que um oficial, um funcionário e um estudante têm situações de classe díspares mas status semelhante, nas sociedades concretas é possível encontrar diferentes combinações dos princípios de classe e status. Além do mais, mesmo quando predominam as relações de classe, a estabilidade das fronteiras sociais tende a levar à formação de privilégios estamentais.

1.4 Usos e desusos do paradigma weberiano

Segundo Parkin (1979), na sociologia americana do pós-guerra as categorias de classe e status foram absorvidas de maneira muito peculiar, inseridas principalmente no debate sobre a existência ou não das classes sociais. A ideia de que os Estados Unidos, em contraste com a Europa, eram uma sociedade aberta, com amplas oportunidades de mobilidade social e sem divisões de classe bem definidas era parte importante do imaginário social americano e em grande medida endossada pelo discurso sociológico liberal. Assim, uma questão central da literatura sobre estratificação social naquele país era se a sociedade americana estava mais próxima de um contínuo quase ininterrupto de "status" ou se existiriam fronteiras demarcando "classes" discretas (cf. Lenski, 1952; Laumann, 1966, cap. 1).

Nesse sentido, nos anos 40 diversos estudos da chamada escola Warner tentaram identificar classes sociais em comunidades relativamente pequenas, adotando uma abordagem antropológica. Com base sobretudo em avaliações de informantes, famílias e indivíduos eram atribuídos a um número variável de estratos sociais levando em conta principalmente seu prestígio e padrões de distância social. As classes sociais eram concebidas como grupos que compartilhavam valores e estilos de vida semelhantes e cujos membros tendiam a restringir relações sociais íntimas a seus pares. Como aponta Parkin (1979), além dos sérios problemas metodológicos e da impossibilidade de generalização de suas conclusões, o que essa perspectiva permitia identificar eram grupos de status locais e não uma estrutura de classes.

Por outro lado, alguns autores adotaram uma posição "multidimensionalista" vagamente inspirada em Weber, destacando que indivíduos e grupos poderiam ser hierarquizados em várias dimensões diferentes (renda, educação, prestígio, etc.) e suas posições em cada uma delas poderiam contrastar significativamente. Assim, era possível investigar o grau de "cristalização" – ou, inversamente, de "inconsistência" – de status, que poderia ter impactos, por exemplo, em atitudes políticas (Lenski, 1954). Essa abordagem foi especialmente incisiva em rejeitar a teoria de classes marxista alegando que os múltiplos fatores de estratificação social criavam na sociedade americana um mosaico complexo em que não era possível identificar grupos bem definidos. Assim, uma leitura muito particular – distorcida, pode-se dizer – de Weber era usada como suposto "corretivo" ao unidimensionalismo e determinismo econômico de um Marx empobrecido teoricamente (Parkin, 1979).

De forma geral, o conceito de classe acabou sendo reformulado e subordinado a uma noção mais genérica de status na sociologia americana. Chan e Goldthorpe (2010) apontam o sentimento antimarxista como possível explicação para isso, mas também cabe destacar a in-

fluência do funcionalismo parsoniano, em que os padrões culturais têm preeminência na regulação dos sistemas de ação, entre eles o sistema social. Por exemplo, Parsons (1940, p. 850) definiu classe social como "o grupo de pessoas que são membros de unidades de parentesco efetivas que, como unidades, são valorizadas de forma aproximadamente igual". O tratamento tipicamente americano da estratificação social em termos gradacionais, tendo como referência hierarquias de status que resumiriam também as desigualdades econômicas, foi consolidado com o amplo uso das escalas de prestígio e, principalmente, dos índices de status socioeconômico, que serão abordados em detalhe na próxima seção (Grusky, 2001; Chan e Goldthorpe, 2010).

Na Europa, por outro lado, o conceito de classe permaneceu mais relevante. Segundo Chan e Goldthorpe (2010), a partir da década de 1970 a tendência predominante foi de reduzir status a classe, sendo a revitalização do marxismo acadêmico um fator importante para isso. É possível identificar essa tendência ao longo da obra de Pierre Bourdieu, que tem sido uma influência importante no estudo das desigualdades. Como parte de um esforço de síntese mais amplo para superar certas dicotomias do pensamento sociológico – como aquela entre o que chama de "objetivismo" e "subjetivismo" – Bourdieu desenvolveu uma teoria de classes que busca unificar aspectos materiais e simbólicos das desigualdades. Uma das marcas de seu trabalho é exatamente a análise de como diferentes formas de dominação simbólica se articulam com as condições materiais na produção e reprodução das desigualdades econômicas, educacionais, etc.

Dessa forma, as propriedades que Weber atribuiu aos grupos de status – em especial a constituição de estilos de vida distintos – aparecem nas análises de Bourdieu como, grosso modo, expressão das desigualdades de classe. Em vez de formas diferentes de estratificação social, classe e status seriam

[...] unidades *nominais* que podem restituir a realidade de modo mais ou menos completo segundo o tipo de sociedade, mas que são sempre o resultado *da opção de acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico*, aspectos que sempre coexistem na própria realidade (em proporções diferentes conforme as sociedades e as classes sociais de uma mesma sociedade), uma vez que as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as. (Bourdieu, 1998, p. 15, ênfase no original)

proximately equal status in this respect." (Parsons, 1970, p. 24).

⁸ Trinta anos depois, referindo especificamente às sociedades modernas, ele expressou posição parecida: "(...) we may suggest the usefulness of divorcing the concept of social class from its historic relation to both kinship and property as such; to define *class status*, for the unit of social structure, as position on the hierarchical dimension of the differentiation of the societal system; and to consider *social class* as an aggregate of such units, individual and/or collective, that in their own estimation and those of others in the society occupy positions of ap-

Em A Distinção, sua obra mais conhecida, essa perspectiva é empregada na análise dos gostos e formas de consumo cultural que são associados a diferentes classes, através da "homologia estrutural" entre o espaço social e o espaço dos estilos de vida. Bourdieu concebe um espaço social definido por três dimensões: o volume total de capital, a composição do capital (mais especificamente, a distribuição entre capital econômico e capital cultural) e as trajetórias sociais. Uma primeira parte do trabalho da compreensão sociológica das classes seria, então, a localização de posições objetivas nesse espaço – em outras palavras, a identificação de uma estrutura de classes. À estrutura de condições materiais de existência do espaço social corresponderia a organização de práticas sociais no espaço dos estilos de vida. A conexão entre esses espaços é possibilitada pelo habitus, o sistema de disposições incorporadas dos indivíduos, que é condicionado pelas posições no espaço social (Bourdieu, 2007, especialmente cap. 3). Isto é, diferentes classes e frações de classe produzem habitus específicos, ajustados às condições objetivas de classe e os habitus, por sua vez, estruturam as práticas sociais:

[...] constructed classes can be characterized in a certain way as sets of agents who, by virtue of the fact that they occupy similar positions in social space (that is, in the distribution of powers), are subject to similar conditions of existence and conditioning factors and, as a result, are endowed with similar dispositions which prompt them to develop similar practices. ¹⁰ (Bourdieu, 1987, p. 6)

É assim que, para Bourdieu, é possível compreender, por exemplo, como oposições em termos de disponibilidade de capital no espaço social refletem-se em oposições entre gosto de necessidade e gosto de luxo no espaço dos estilos de vida. Em resumo, através do *habitus* e da homologia estrutural, as diferenças nas condições materiais de existência seriam duplicadas e traduzidas como diferenças simbólicas que, entretanto, guardam relativa autonomia em seu funcionamento.

⁹ A ponto de vista estrutural de Bourdieu, pleno de analogias espaciais, o levou a fazer amplo uso de técnicas como a análise de correspondência (CA) e análise de correspondência múltipla (MCA). Sobre a relação de Bourdieu com a estatística, ver Lebaron (2009).

¹⁰ Tradução: "[...] classes construídas podem ser caracterizadas de certa forma como conjuntos de agentes que, em virtude do fato de que ocupam posições similares no espaço social (isto é, na distribuição dos poderes), estão sujeitos a condições de existência e fatores condicionantes similares e, como resultado, são dotados de disposições similares que os impele a desenvolver práticas similares.".

1.5 De volta a Weber: operacionalizando classe e status

Na seção anterior, procurou-se demonstrar que a distinção weberiana entre classe e status se perdeu na sociologia da segunda metade do século XX, por pelo menos duas vias altamente influentes: as perspectivas gradacionais que privilegiam uma noção genérica de status e teoria de classes bourdiesiana, que combina aspectos de classe e status. Na esteira do trabalho de Bourdieu – e da chamada "virada culturalista" na sociologia – vários autores têm, pelo menos desde a década de 90, argumentado em favor da renovação no estudo das desigualdades através da inclusão de identidades e práticas sociais em uma concepção ampliada das classes (ver, por exemplo, Crompton e Scott, 1999; Devine e Savage, 1999).

A ideia de um conceito ampliado de classe se contrapõe principalmente a uma das tradições de pesquisas empíricas de estratificação e mobilidade social mais influentes nas últimas décadas: a chamada análise de classes "neoweberiana", que adota um conceito mais restrito e, pode-se dizer, analiticamente mais preciso de classe social. A figura chave dessa tradição é o sociólogo britânico John Goldthorpe. A despeito de sua relutância em definir seu trabalho como neoweberiano, o programa de pesquisa avançado por Goldthorpe é claramente influenciado pelas ideias de Weber na medida em que, por exemplo, define classes em termos de posições em relações econômicas, notadamente no mercado de trabalho, e rejeita aspectos centrais da teoria de classes marxista, como o caráter necessariamente exploratório das relações de classe (Erikson e Goldthorpe, 1992a; Goldthorpe e Marshall, 1992; ver também Breen, 2005). Nos últimos anos, Goldthorpe e colaboradores vêm reafirmando a relevância de distinguir analiticamente classe e status, assim como outros fatores, para garantir um tratamento teórica e metodologicamente refinado de diferentes processos de estratificação social (Chan e Goldthorpe, 2007; Goldthorpe, 2008, 2012; Bukodi e Goldthorpe, 2012).

A aplicação dessa perspectiva a pesquisas empíricas depende, entretanto, da operacionalização adequada de classe e status. Ou seja, é preciso desenvolver indicadores que reflitam
o melhor possível as propriedades da estrutura social abarcadas por esses dois conceitos. O
principal objetivo do presente trabalho é exatamente construir e validar uma escala de status
para o Brasil, utilizando uma abordagem – a das chamadas escalas de interação social – que se
mostra mais adequada à definição clássica de status. Novamente, a contribuição de Goldthorpe é aqui decisiva, pois ele teve papel central na popularização dessa forma de operacionalizar

¹¹ Em trabalhos recentes, Goldthorpe parece mais propenso a identificar sua abordagem e, particularmente, seu esquema de classes com o paradigma weberiano (Chan e Goldthorpe, 2007; Goldthorpe, 2008).

status e, sobretudo, na criação do esquema de classes que também será utilizado neste trabalho.

O esquema de classes desenvolvido por Goldthorpe e colaboradores no âmbito do projeto Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations (CASMIN), conhecido como esquema Casmin, EGP ou simplesmente esquema de classes de Goldthorpe, é a principal classificação utilizada em estudos de desigualdades sociais na tradição neoweberiana. Esse esquema visa identificar "posições dentro de mercados de trabalho e unidades produtivas ou, mais especificamente, pode-se dizer, diferenciar tais posições em termos das relações de emprego que elas implicam" (Erikson e Goldthorpe, 1992a, p. 37, ênfase no original). A distinção básica, então, é entre empregados, empregadores e autônomos. Os empregados, por sua vez, são diferenciados segundo a forma de regulação do emprego, representada por dois tipos principais: o contrato de trabalho (labor contract) e a relação de serviço (service relationship). O contrato de trabalho, típico das ocupações manuais e das não manuais de rotina de nível baixo, envolve a troca de quantidades relativamente bem definidas de trabalho por salários. A relação de serviço, por outro lado, é encontrada de forma mais clara entre as classes profissionais e envolve uma troca mais difusa e de longo-termo de serviços prestados por recompensas que incluem não só salários, mas também planos de carreira e outros tipos de benefícios (Erikson e Goldthorpe, 1992a, cap. 2; Goldthorpe, 2000). Situações intermediárias entre essas duas formas básicas de regulação do emprego, além de outras divisões, como entre ocupações na indústria e na agricultura, também são consideradas no esquema.

O esquema de Goldthorpe tem sido amplamente empregado em pesquisas sobre mobilidade social e outros temas de estratificação social em vários países, especialmente desde a publicação do influente estudo *The Constant Flux*, de Erikson e Goldthorpe (1992a). No Brasil, ele vem sendo cada vez mais utilizado, principalmente, mas não apenas, no estudo da mobilidade social (por exemplo, Ribeiro e Scalon, 2001; Ribeiro, 2007, 2012; Marques, Scalon e Oliveira, 2008). Ribeiro (2007) implementou vários níveis de agregação do esquema para os dados brasileiros, produzindo inclusive uma versão que incorpora diferenciações propostas por Silva (1988)— nomeadamente, entre tipos de indústria (tradicional e moderna) e serviços (gerais, domésticos e ambulantes) — que buscam captar melhor as particularidades da estrutura de classes no Brasil. Cabe destacar que o esquema de classes neomarxista de Erik Wright, a principal alternativa à perspectiva neoweberiana, não difere substancialmente do de Goldthorpe em termos de categorias orientadas para a pesquisa empírica, como indicou o próprio Wright (1997, cap. 1). Portanto, é seguro dizer que o esquema de Goldthorpe propicia uma

operacionalização válida e confiável do conceito de classe, pelo menos se entendido de forma próxima à definição de Weber.

O status, por sua vez, é geralmente operacionalizado através de hierarquias ocupacionais – com exceção, evidentemente, dos estudos qualitativos nos moldes da tradição Warner. Três formas de hierarquizar ocupações têm sido utilizadas pelas pesquisas sociológicas: as escalas de prestígio, os índices de status socioeconômico e as escalas de interação social. Seguindo Chan e Goldthorpe (2004, 2007), pretendemos argumentar que a última dessas abordagens oferece uma representação mais fiel à definição weberiana.

As escalas de prestígio ocupacional são construídas a partir de opiniões coletadas em entrevistas com a população em geral ou especialistas, nas quais solicita-se aos entrevistados que classifiquem hierarquicamente as ocupações. O que é exatamente perguntado e as formas de classificação oferecidas variam muito. Por exemplo, no primeiro e mais influente *survey* de prestígio ocupacional com abrangência nacional nos Estados Unidos, conduzido pelo *National Opinion Research Center* (NORC) e publicado em 1947, os entrevistados indicavam a "posição geral" (*general standing*) de determinadas ocupações em uma escala com cinco categorias de "ruim" a "excelente". Outros termos utilizados em pesquisas ao redor do mundo incluem, por exemplo, "prestígio", "importância" e "desejabilidade" (Treiman, 1977).

A profusão de escalas de prestígio ocupacional produzidas na segunda metade do século XX levou a uma descoberta há muito consolidada na literatura especializada: as avaliações de prestígio são virtualmente imunes a variações significativas entre grupos sociais e países e ao longo do tempo (Goldthorpe e Hope, 1972; Treiman, 1977; Hauser e Warren, 1997). As ocupações são hierarquizadas de maneira muito similar independentemente de como é feita a pergunta e de quem avalia — ou seja, das diferenças de sexo, idade, raça, ocupação, país ou região de moradia e outras características dos entrevistados —, embora a homogeneidade seja mais acentuada nos países industrializados. Treiman (1977) analisou 85 escalas de prestígio ocupacional de 55 países e encontrou uma correlação média de 0,81 entre os pares de escalas. A partir desses dados, ele construiu uma escala internacional de prestígio, a *Standard International Occupational Prestige Scale* (SIOPS). Treiman sugeriu que o que explica essa homogeneidade são características estruturais comuns a todas as sociedades complexas, relacionadas com a divisão do trabalho — e não a difusão de valores ocidentais ou imperativos estruturais específicos às sociedades industriais:

Essa impressionante similaridade nas avaliações de prestígio foi apelidada de "constante de Treiman" e, na opinião de Hout e DiPrete (2006, p. 3), pode ser "o único universal descoberto pelos sociólogos – não só na estratificação, mas na sociologia como um todo".

The structural theory argues that the division of labor creates inherent differences in the power associated with various occupational roles wherever they are found, that these differences, in turn, create differences in privilege, and that power and privilege beget prestige. ¹³ (Treiman, 1977, p. 2)

A principal crítica às escalas de prestígio ocupacional diz respeito à sua validade, isto é, à sua capacidade de medir o que se diz estar medindo. Goldthorpe e Hope (1972) assinalaram que, se é a algo semelhante a definições clássicas de prestígio – isto é, uma estrutura de relações de inferioridade e superioridade social baseadas em vantagem e poder de natureza simbólica – que os entrevistados se referem ao classificar as ocupações, eles deveriam levar em conta atributos ocupacionais associados às possibilidades de deferência e menosprezo. Entretanto, é uma noção mais simples e difusa de "desejabilidade" das ocupações que, segundo relatos dos próprios entrevistados, parece basear as avaliações. Assim, as escalas de prestígio tendem a refletir uma variedade de requisitos e recompensas atribuídos às ocupações. Featherman e Hauser (1976), por sua vez, concluem que as escalas de prestígio são estimativas imperfeitas de atributos socioeconômicos das ocupações. Isso não significa, por certo, que não há interesse sociológico nas escalas de prestígio, mas sua utilidade para o estudo da estratificação social parece limitada.

Os índices de "status socioeconômico", geralmente construídos com alguma combinação de educação e renda, se tornaram uma estratégia ainda mais popular que as escalas de prestígio para a produção de hierarquias ocupacionais. Embora a hierarquização de ocupações a partir de informações sobre renda e educação de seus ocupantes já fosse prática comum entre os pesquisadores, o grande marco na produção de índices compostos é *Socioeconomic Index* (SEI) de Duncan (1961a). É interessante notar que Duncan desenvolveu o índice inicialmente como uma extensão da escala de prestígio do NORC. Esta abrangia apenas 90 títulos ocupacionais e os pesquisadores acabavam tendo que inferir, de várias formas, o prestígio das outras ocupações. A contribuição decisiva de Duncan foi propor um método confiável para atribuir escores a ocupações ausentes da escala do NORC – por isso "um índice socioeconômico para todas as ocupações". Para isso, ele utilizou um modelo de regressão linear múltipla para estimar o percentual de avaliações "bom" ou "excelente" das 45 ocupações com títulos equivalentes no estudo do NORC e no Censo americano, utilizando as distribuições de educa-

_

¹³ Tradução: "A teoria estrutural argumenta que a divisão do trabalho cria diferenças inerentes no poder associado a vários papéis ocupacionais onde quer que eles existam, que essas diferenças, por sua vez, criam diferenças de privilégio, e que poder e privilégio geram prestígio."

ção e renda das ocupações como variáveis independentes. ¹⁴ Verificando que educação e renda explicavam mais de 80% da variação do prestígio, Duncan utilizou os coeficientes da regressão para predizer os escores de todas as ocupações do Censo americano.

Devido a sua origem, o SEI de Duncan pode ser interpretado tanto como um substituto dos escores de prestígio quanto um indicador de "status socioeconômico" – sendo esta, sem dúvida, a interpretação consagrada pela literatura e preferida pelo próprio Duncan, como indica o nome por ele escolhido (Hodge, 1981). A disponibilidade de um índice confiável como o SEI de Duncan foi essencial para o desenvolvimento da profícua tradição de estudos de realização de status (*status attainment*), na medida em que permitia a utilização de novas técnicas estatísticas, como a análise de trajetória (*path analysis*). O trabalho seminal de Blau e Duncan (1967), que utilizou amplamente o SEI, ajudou a redirecionar os estudos de mobilidade social para a investigação dos diferentes determinantes do status ocupacional alcançado pelos indivíduos, principalmente com a comparação entre os efeitos das origens sociais e da educação.

Desde então, um grande número de índices de status socioeconômico, inclusive atualizações do SEI original, foi produzido por pesquisadores de vários países. Um exemplo que merece destaque é o *International Standard Socioeconomic Index* (ISEI), desenvolvido por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992) e hoje muito utilizado em pesquisas, sobretudo comparativas, de estratificação social. Os autores do ISEI basearam sua construção na interpretação, compartilhada com Duncan (1961a), de que as ocupações são o principal mecanismo que converte educação em renda, mas buscaram hierarquizá-las sem qualquer relação com escalas de prestígio. Dessa forma, nos escores do ISEI – calculados com dados de 16 países, inclusive o Brasil – a educação e a renda são combinadas com base em coeficientes que minimizam o efeito direto da educação na renda e maximizam o efeito indireto, isto é, o que se exerce através das ocupações.

No Brasil, Silva (1974) produziu um índice de status para 259 títulos ocupacionais do Censo de 1970. Primeiramente, ele calculou a posição social dos indivíduos como uma combinação de "status econômico" e "status educacional", representados, respectivamente, pela renda individual total e a renda socialmente esperada (e ajustada pela idade) dada a escolaridade. Em seguida, o escore de cada ocupação foi calculado como a média do status social dos indivíduos que desempenham essa ocupação. Esse índice foi posteriormente atualizado para

¹⁴ Como indicadores de educação e renda, Duncan utilizou os percentuais, em cada ocupação, de indivíduos com pelo menos o ensino médio e daqueles com renda de pelo menos U\$ 3500 em 1949, ambos com ajustes para as distribuições de idade.

os dados do Censo de 1980 (Silva, 1985) e continuou a ser utilizado em estudos de estratificação no Brasil. ¹⁵

Uma crítica relevante aos índices de status socioeconômicos, que na verdade se aplica aos índices compostos de forma geral, refere-se à dificuldade de atribuir pesos aos seus componentes – em outras palavras, definir a importância de cada variável na composição do índice – de forma teoricamente justificável (Hodge, 1981; Hauser e Warren, 1997; Bukodi, Dex e Goldthorpe, 2011). No SEI de Duncan, por exemplo, os pesos foram gerados pela regressão que estimava o prestígio e atribuíam praticamente a mesma importância para renda e educação. 16 Mas é certamente possível questionar se esses dois fatores de fato contribuem igualmente para a determinação do que se define por status ocupacional. Além disso, quaisquer que sejam os pesos atribuídos a educação e renda, é plausível supor que seus efeitos não são idênticos para todas as ocupações ou para homens e mulheres, por exemplo – o que significa que diferenças relativamente pequenas na composição dos índices podem afetar as conclusões substantivas. Hauser e Warren (1997) mostraram que, nos Estados Unidos, índices socioeconômicos compostos tendem a distorcer comparações de gênero: como as mulheres têm empregos com níveis de escolaridade mais altos e salários mais baixos que os homens, elas aparecem com status médio maior ou menor do que os homens dependendo dos pesos atribuídos a educação e renda no índice. Segundo estes autores, no lugar de índices compostos seria melhor indexar as ocupações apenas por seu nível educacional, pelo menos para o estudo da estratificação. Sua conclusão é categórica: "Embora medidas compostas de status ocupacional possam ter usos heurísticos, o conceito global de status ocupacional é cientificamente obsoleto" (Hauser e Warren, 1997, p. 251).

Um problema mais grave, entretanto, é que a própria noção de status socioeconômico é no mínimo vaga e não é claro qual é seu valor teórico e analítico, para além de uma síntese conveniente de educação e renda. Hodge (1981), por exemplo, afirma que o status socioeconômico não tem relação precisa com nenhum conceito clássico das teorias de estratificação social:

¹⁵ Um exemplo de aplicação relativamente recente do índice de Silva é o trabalho de Fernandes e Neves (2010). Uma versão para os dados da PNAD de 1996 foi produzida por Pastore e Silva (2000).

_

¹⁶ A equação obtida por Duncan foi:

Socioeconomic status is what socioeconomic status scales measure; there is no underlying analytical concept to which we can refer a proposed indicator of socioeconomic status to decide whether it is well or ill conceived or to assess how it might be improved. (Hodge, 1981, p. 407)

Os índices de status socioeconômico são, na verdade, a principal representação da combinação operada pelas perspectivas gradacionais da estratificação entre o que, se tomarmos como referência a distinção original de Weber, são propriedades de "classe" e "status". Ainda que seja inegável a utilidade dos índices de status socioeconômico para pesquisas de estratificação social – como demonstrado por décadas de estudos de realização de status – é preciso observar que seu caráter sintético também pode obscurecer relações importantes, principalmente quando educação e renda têm efeitos divergentes. O próprio Duncan (1961b) apontou a multidimensionalidade da estratificação e recomendou que seu índice fosse complementado, sempre que possível, com outras variáveis "socioeconômicas".

Uma terceira forma de construir hierarquias ocupacionais tem ganhado força nos últimos anos, desde que Chan e Goldthorpe (2004, 2007) defenderam seu uso como operacionalização adequada do conceito weberiano de status: as escalas de interação social. Essa abordagem foi inaugurada por Laumann (1966; Laumann e Guttman, 1966), que compartilhava com a tradição Warner a interpretação de que os padrões de relações sociais íntimas são uma característica central dos sistemas de estratificação. Ele enfatizou relevância de estudar a estrutura social tendo como referência o conceito de distância social, atentando particularmente para sua relação com hierarquias ocupacionais. Dessa forma, ele definiu "classe social" como

[...] the largest group of people whose members have intimate access to one another in terms of such social relationships as consanguineal and affinal kinship, friendship, informal social groups e cliques, and common neighborhood.¹⁸ (Laumann, 1966, p. 3)

Apesar de insistir na terminologia um tanto ambígua da tradição Warner, Laumann reconheceu que sua abordagem compreendia o estudo de grupos de status no sentido weberiano e não de classes como grupamentos econômicos. Sua grande contribuição foi adaptar essa perspectiva ao estudo de grandes populações urbanas, visto que as pesquisas da tradição Warner, baseadas em informantes e observação participante, eram restritas a comunidades relati-

¹⁷ Tradução: "Status socioeconômico é o que escalas de status socioeconômico medem; não há qualquer conceito analítico subjacente ao qual podemos referir um indicador proposto de status socioeconômico para decidir se este é bem ou mal concebido ou para avaliar como pode ser melhorado.".

¹⁸ Tradução: "[...] o maior grupo de pessoas cujos membros têm acesso íntimo um ao outro em termos de relações sociais tais como parentesco consanguíneo ou por afinidade, amizade, círculos e grupos sociais informais, e vizinhança.".

vamente pequenas e estáveis. Assim, Laumann utilizou dados de *survey* para analisar, entre outras coisas, a distância social *objetiva* entre as ocupações através dos padrões de associação diferencial, isto é, a probabilidade de indivíduos em diferentes ocupações terem relações sociais duradouras.

Para isso, Laumann primeiramente cruzou os grupos ocupacionais dos respondentes e de seus pais, sogros, amigos próximos e vizinhos. Em seguida, ele estimou as probabilidades associadas às ocupações destes dadas as ocupações dos respondentes.¹⁹ A matriz de probabilidades condicionais foi então submetida à técnica de *smallest space analysis*, um tipo de escalonamento multidimensional (*multidimensional scaling*), para extração de dimensões latentes à associação diferencial. Dessa forma, a distância social entre os grupos ocupacionais pôde ser representada pelas distâncias em um espaço euclidiano tridimensional e Laumann interpretou a primeira dessas dimensões como uma hierarquia de prestígio ocupacional. Posteriormente, Laumann (1973), com novos dados, utilizou apenas as ocupações de respondentes e amigos e fez algumas alterações técnicas – como a substituição das probabilidades condicionais pelo índice de dissimilaridade –, além de também analisar a distância social entre grupos étnico-religiosos.

Cabe destacar que as coordenadas das ocupações na dimensão de prestígio ou status socioeconômico não foram utilizadas em nenhuma análise. Laumann continuou utilizando o SEI de Duncan como indicador de status das ocupações. Sua intenção era estudar de forma mais ampla a distância social e suas implicações e não produzir uma nova escala de status. Mas seu trabalho mostrou que era possível identificar uma hierarquia ocupacional coerente com a noção de distância social a partir dos padrões reais de associação diferencial, sem depender de avaliações subjetivas ou de alguma combinação de renda e educação.

Um longo programa de pesquisa relacionado com a abordagem de Laumann tem sido conduzido por mais de uma geração de pesquisadores responsáveis inicialmente pela criação da *Cambridge Scale* para a Grã-Bretanha, que hoje encontra-se reunida a escalas de interação social similares para vários países sob o nome genérico de CAMSIS (*Cambridge Social Interaction and Stratification*) (Stewart, Prandy e Blackburn, 1973; Prandy, 1990; Bottero e Prandy, 2003; Prandy e Lambert, 2003). A *Cambridge Scale* foi originalmente desenvolvida de forma muito parecida com trabalho de Laumann, hierarquizando-se as ocupações através do escalonamento multidimensional de dados de relações de amizade. As escalas CAMSIS

¹⁹ Formalmente: Pr (B | A), em que B é a ocupação do pai, sogro, amigo ou vizinho e A é a ocupação do respondente.

mais recentes empregam várias outras técnicas, notadamente a análise de correspondência e o modelo log-linear conhecido como RC-II de Goodman, e utilizam geralmente as ocupações de cônjuges no lugar de amigos. A lógica, entretanto, é a mesma: identificar hierarquias ocupacionais a partir da estrutura de relações sociais entre as ocupações.²⁰

Entretanto, os autores das escalas CAMSIS se negam a enquadrá-las no paradigma de classe e status. Pelo contrário, a distância social é por eles considerada uma dimensão autônoma da estratificação, irredutível aos atributos da estrutura social que esses dois conceitos pretendem representar. As escalas CAMSIS refletiriam, então, aspectos como "vantagem (e desvantagem) generalizada" (Prandy, 1990, p. 635) ou "desigualdades materiais e sociais combinadas" (Prandy e Lambert, 2003, p. 400). Nesse sentido, Bottero e Prandy (2003) defendem que a abordagem da distância social poderia servir de resposta às demandas de renovação da análise das desigualdades pela integração de aspectos econômicos e culturais da estratificação. Além disso, essa abordagem permitiria investigar a organização do espaço social e a formação de fronteiras de grupo tal como aparecem nos padrões de interação, sem pressuposições sobre a natureza da estrutura social.

Chan e Goldthorpe (2004, 2007) seguem em direção essencialmente oposta à dos autores da CAMSIS, reforçando a filiação das escalas de interação social ao paradigma de classe e status. Seguindo Weber, eles definem uma ordem de status como "uma estrutura de relações de superioridade, igualdade e inferioridade sociais percebidas, e em certo grau aceitas, entre indivíduos" (Chan e Goldthorpe, 2007, p. 514), que é qualitativamente diferente da estrutura de classes, formada pelas relações na vida econômica. Eles se basearam no trabalho de Laumann ao utilizar a distribuição das amizades ao longo de 31 grupos ocupacionais para estimar uma escala de status, para Grã-Bretanha, através do escalonamento multidimensional. A hierarquia de status corresponde à primeira dimensão obtida, em que ocupações aparecem ordenadas, aproximadamente, das menos às mais manuais. A justificativa para operacionalizar o conceito weberiano de status dessa forma baseia-se em duas premissas:

²⁰ Uma grande quantidade de recursos relacionados com as escalas CAMSIS, incluindo uma revisão bibliográfica de suas aplicações, detalhes da construção e as próprias escalas e sintaxes para download, é disponibilizada em http://www.camsis.stir.ac.uk/>.

[...] we take occupation to be one of the most salient positional characteristics to which status attaches in modern societies. And we assume close friendship implies a relation of basic equality between individuals—that is, one into which status differences are unlikely to intrude. [...] That is to say, starting from the structuring of a relationship implying social equality, a structure of inequality can be inferred.²¹ (Chan e Goldthorpe, 2007, p. 515)

O desenvolvimento da escala de Chan e Goldthorpe esteve relacionado com um projeto de pesquisa internacional sobre a estratificação social do consumo cultural, que envolveu a produção de escalas de status similares para vários países e sua aplicação em investigações sobre hábitos de leitura, gostos musicais, frequência a cinemas, teatros e museus, entre outros temas (cf. Chan, 2010a). Em que pesem as conclusões substantivas desses estudos sobre o consumo cultural – que desafiam principalmente as ideias de Bourdieu—, uma contribuição de igual ou maior importância foi terem proposto e validado as escalas de interação social como uma operacionalização mais fiel do conceito weberiano de status.

Aliadas a esquemas de classe como o de Goldthorpe, essas escalas podem proporcionar uma forma eficaz de investigar empiricamente as dimensões clássicas da estratificação e seus efeitos em diferentes esferas da vida social. Por exemplo, Chan e Goldthorpe (2007) mostraram que, de forma consistente com a perspectiva weberiana, na Grã-Bretanha as oportunidades econômicas – tais como o risco de desemprego e perspectivas salariais –, a identificação partidária e os valores captados pela dimensão "esquerda-direita" (opiniões sobre desigualdades, redistribuição de renda, bem-estar social, etc.) são estratificadas por classe, enquanto os padrões de consumo cultural e a dimensão "libertário-autoritário" (opiniões sobre tradição, liberdades individuais, obediência à lei, etc.) são estratificados principalmente por status.

Comparar os efeitos dessas duas dimensões da estratificação no Brasil é particularmente interessante por se tratar de um país em desenvolvimento, com altos índices de desigualdade de renda e educação. Nesse contexto, não só a relação entre classe e status e seus efeitos em diferentes processos sociais são temas importantes, mas a própria existência de efeitos de status independentes dos diferenciais de renda e educação pode ser questionada. Para investigar essas questões, no próximo capítulo detalho a construção de uma escala de status semelhante à de Chan e Goldthorpe para o Brasil e examino sua relação com indicado-

²¹ [...] nós consideramos a ocupação como uma das mais salientes características posicionais às quais status é associado em sociedades modernas. E nós presumimos que amizade próxima implica uma relação de igualdade básica entre indivíduos — isto é, uma relação em que é improvável que diferenças de status se imiscuam. [...] Isto é, partindo da estruturação de uma relação que implica igualdade social, uma estrutura de desigualdade pode ser inferida.

res como educação, renda e outras hierarquias ocupacionais. Em seguida, a escala de status será comparada com o esquema de classes EGP e utilizada em análises que têm como principal objetivo testar sua validade.

2 UMA ESCALA DE STATUS RELACIONAL PARA O BRASIL

2.1 Introdução

As escalas de status ocupacional são instrumentos analíticos amplamente utilizados em pesquisas de estratificação social. Como exposto no primeiro capítulo, as formas mais tradicionais de classificação hierárquica das ocupações são as escalas de prestígio, baseadas em avaliações subjetivas coletadas em entrevistas, e os índices de status socioeconômico, que combinam informações de renda e educação. Neste capítulo, descrevo a construção de uma escala de status a partir da terceira abordagem descrita acima: a estimação de uma dimensão latente à estrutura da "associação diferencial" entre grupos ocupacionais, inspirada, sobretudo, pelos trabalhos de Laumann (1966, 1973) e Chan e Goldthorpe (2004). Esta abordagem é "relacional" no sentido em que se baseia nos padrões de relações sociais duradouras — neste caso, amizades —, o que torna significativo falar em distância e proximidade social. Os três tipos de escala diferem não só em sua construção, mas também nos significados que os pesquisadores usualmente lhes atribuem. As diferenças, no entanto, não devem ser exageradas e a utilização de um ou outro tipo de escala depende, em última instância, dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado.

Nesse sentido, é instrutivo lançar mão da tipologia de hierarquias ocupacionais proposta por Bukodi, Dex e Goldthorpe (2011). Estes autores identificam quatro tipos de hierarquias ocupacionais a partir de duas distinções: a primeira delas refere-se ao que as hierarquias pretendem representar, sendo consideradas "sintéticas" as escalas que buscam resumir em uma dimensão vários aspectos da estrutura ocupacional e "analíticas" as escalas que pretendem hierarquizar as ocupações de acordo com um único atributo. A segunda distinção diz respeito ao tipo de dado utilizado na construção da escala: escalas "subjetivas" são baseadas em opiniões e percepções individuais e escalas "objetivas" são baseadas em informações "factuais". Ficando nos exemplos do capítulo anterior, os índices de status socioeconômico (como o SEI de Duncan e o ISEI) e as escalas CAMSIS são, segundo essa tipologia, sintético-objetivas; a SIOPS é um exemplo de escala analítico-subjetiva e a escala de Chan e Goldthorpe (2004) é analítico-objetiva.²² Os autores argumentam que, dada a identificação de um úni-

²² Bukodi, Dex e Goldthorpe (2011) enfatizam que a classificação das escalas como sintéticas ou analíticas é baseada nas interpretações propostas por seus autores (vide seção 1.5). Por isso a SIOPS é considerada uma escala analítica – a despeito dos argumentos de que as escalas de prestígio na verdade sintetizam requisitos e recompensas ocupacionais – e as escalas CAMSIS e de Chan e Goldthorpe – de resto baseadas na mesma abordagem que enfatiza a interação social – são classificadas diferentemente na primeira dimensão.

co atributo ocupacional definido com suficiente clareza e a maior facilidade de interpretar dados factuais, as escalas analítico-objetivas são as mais adequadas para a maioria das questões de pesquisa da área de estratificação social, especialmente se utilizadas como variáveis explicativas.

Felizmente, temos hoje no Brasil dados de qualidade que nos permitem analisar a estrutura ocupacional das amizades e derivar dela uma hierarquia ocupacional que pode ser interpretada como uma dimensão de status — resultando, assim, em uma escala analítico-objetiva, segundo a tipologia apresentada acima. A próxima seção explica a construção dos grupos ocupacionais e as técnicas utilizadas nessa análise. Em seguida, apresento os resultados obtidos e examino a associação do conjunto de escores selecionado como escala de status com renda, educação, raça e outras hierarquias ocupacionais.

2.2 Dados, categorias e métodos

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes da Pesquisa das Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD) de 2008, *survey* realizado no âmbito do Instituto do Milênio homônimo sediado no então Iuperj (atual Iesp-Uerj) e financiado pelo CNPq. A PDSD tem uma amostra inteiramente probabilística de 8.048 domicílios, representativa da população brasileira urbana e rural – excetuando-se a área rural da região Norte –, e oferece dados que permitem a construção de uma grande variedade de indicadores para o estudo da estrutura social e desigualdades. Entre muitas outras questões, os chefes dos domicílios e seus cônjuges foram solicitados a fornecer informações detalhadas sobre suas próprias ocupações, as de seus pais e a de um amigo próximo. Dessa forma, a PDSD possibilita analisar, pela primeira vez, a estrutura ocupacional das amizades em escala nacional no Brasil e investigar se de fato é possível derivar dela um indicador confiável de status social. Considerando-se apenas os casos em que os dados ocupacionais do respondente e do amigo estavam disponíveis – ou seja, os casos em que o respondente trabalhou nos 7 dias ou 12 meses anteriores à entrevista e o amigo também exercia trabalho remunerado e ambas as ocupações foram informadas e codificadas – obtém-se uma amostra com 2.959 observações.

A primeira etapa do trabalho consistiu na definição dos grupos ocupacionais em que respondentes e amigos seriam classificados. O ponto de partida foi a *International Standard Classification of Occupations* de 1988 (ISCO-88), classificação publicada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que serve de referência para a agregação de informações ocupacionais em diversos países e é a base da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-

2002).²³ As ocupações são agrupadas na ISCO-88 segundo dois critérios principais: o "nível de competência", que se refere à "complexidade e diversidade de tarefas e funções desempenhadas em cada ocupação", e a "especialização de competências", que se refere ao "o campo do conhecimento necessário, as máquinas e ferramentas usadas, os materiais sobre os quais se trabalha ou com os quais se trabalha e os tipos de bens e serviços produzidos" (ILO, [S.d.]).

Embora o maior detalhamento possível seja desejável na construção de hierarquias ocupacionais, o tamanho da nossa amostra inviabiliza a utilização dos 390 grupos de base (4 dígitos) ou mesmo dos 116 subgrupos (3 dígitos) da ISCO-88. Por exemplo, o cruzamento das ocupações dos respondentes e amigos no nível dos subgrupos resultaria em uma tabela com 13.456 células e uma média de pouco mais de 0,2 casos por célula, impossibilitando qualquer análise confiável dos dados. Dessa forma, optei por basear a classificação em um nível mais agregado da ISCO-88: os 28 subgrupos principais de 2 dígitos, 26 dos quais estão representados na amostra da PDSD.²⁴ A codificação das ocupações militares foi alterada, já que a ISCO reúne todas elas, de praças a generais, no único código (0110) do grande grupo das Forças Armadas (01), que representa apenas 0,8% dos respondentes na nossa amostra. O detalhamento oferecido pela CBO – a codificação ocupacional original – permitiu unir ocupações em diferentes níveis da hierarquia militar a similares civis, de forma análoga ao procedimento descrito por Ganzeboom e Treiman (1996). Os soldados e praças foram incorporados ao grupo de outros trabalhadores nos serviços de proteção e segurança (5169), os oficiais intermediários ao grupo dos inspetores e detetives de polícia (3450) e os oficiais superiores ao dos dirigentes da administração pública (1120).

Os outros 25 subgrupos principais foram combinados ou subdivididos levando-se em consideração seus tamanhos na amostra. Para garantir que nenhum grupo ocupacional tivesse menos de 1% dos casos, e tomando-se o cuidado de só combinar grupos com o mesmo "nível de competência" definido na ISCO, as seguintes alterações foram feitas: os dirigentes da administração pública (11) foram combinados com os dirigentes empresariais (12); os profissionais das ciências exatas e engenharias (21) com os profissionais das ciências biológicas e da saúde (22); os artesãos, trabalhadores das artes gráficas e afins (73) com trabalhadores do pro-

²³ Os dados ocupacionais da PDSD foram originalmente codificados na CBO. Optei por utilizar a ISCO-88 em detrimento da CBO sobretudo porque a classificação brasileira eliminou a distinção por qualificação em seus grandes grupos. base para a COD-2010, a nova classificação para pesquisas domiciliares do IBGE implementada no Censo de 2010.

²⁴ Os grupos ausentes são: trabalhadores de subsistência da agricultura e pesca (62) e trabalhadores elementares na agropecuária, pesca, florestais e afins (92).

cessamento de alimentos, outras ocupações artesanais e afins (74); e os operadores de instalações fixas (81) com os operadores e montadores de máquinas (82).

Por outro lado, foram destacados alguns subgrupos (3 dígitos) que concentram um número de casos relativamente alto, principalmente do setor de serviços e nas ocupações elementares: trabalhadores dos serviços de proteção e segurança (516) e de alimentação e hotelaria (512); pedreiros e carpinteiros (712); vendedores ambulantes e afins (911) e empregados domésticos e de limpeza interna (913). Por fim, cabe um esclarecimento sobre as ocupações rurais, que estão reunidas em um único grupo na nossa classificação. Considerando tanto a codificação da CBO quanto a da ISCO, a grande maioria dessas ocupações na PDSD está concentrada em um ou dois subgrupos abrangentes (como "produtor agropecuário em geral" e "produtor agrícola polivalente") e cerca de 80% trabalham por conta própria. Assim, o desmembramento dessas ocupações em mais de um grupo ocupacional não resultaria em distinções relevantes. A Tabela 1 exibe a classificação final, com um total de 26 grupos.

A tabela de contingência que resulta do cruzamento dos grupos ocupacionais dos respondentes com os de seus amigos oferece, então, uma representação primária da distribuição ocupacional das amizades no Brasil. Embora esta tabela nos permita fazer algumas observações ou comparações pontuais, é difícil vislumbrar padrões mais gerais de interação devido à grande quantidade de dados (são 676 células). O objetivo principal é identificar as dimensões que governam a distribuição das amizades entre os grupos ocupacionais – tendo como hipótese central, cabe frisar, que a principal delas pode ser interpretada como uma hierarquia de status. Com esse propósito, lanço mão das duas principais técnicas estatísticas que têm sido empregadas na produção de escalas de interação social: o escalonamento multidimensional e o modelo de associação RC-II. Embora constituam abordagens estatísticas distintas, ambas as técnicas são adequadas para a tarefa em questão, qual seja, a estimação de dimensões latentes a uma estrutura de dados observada.²⁵

-

²⁵ Em todas as análises deste e do próximo capítulo foi incorporado o peso amostral fornecido na PDSD (variável peso_1). Para o escalonamento multidimensional e os modelos log-lineares, utilizou-se a tabela de contingência com frequências ponderadas.

Tabela 1 – Grupos ocupacionais, exemplos de ocupações e correspondência com ISCO-88

(continua)

Abrev.	Título do grupo	Exemplos de ocupações	ISCO-88	% a
DIR	Dirigentes de empresas, organizações e do poder público	Diretor geral, diretor comercial, dirigente de partido político	11, 12, 110 (ofic. sup.)	1,7
GER	Gerentes	Comerciante varejista, gerente administrativo, gerente de bar	13	6,1
EBS	Profissionais da engenharia, ciências exatas, biológicas e da saúde	Engenheiro, médico, enfermeiro, dentista	21, 22	1,8
EDU	Profissionais da educação	Professor (com ensino superior), pedagogo, diretor de escola	23	2,0
OUP	Outros profissionais	Advogado, administrador, contador, assistente social, artista	24	4,1
TEF	Técnicos e profissionais de nível médio da engenharia e ciências exatas	Técnico eletrônico, técnico gráfico, montador de filmes, técnico de telecomunicações	31	2,8
TSA	Técnicos e profissionais de nível médio da saúde e ciências bioló- gicas	Técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, agente de saúde pública	32	1,7
TED	Profissionais de nível médio da educação	Professor (de nível médio/leigo/etc.)	33	3,8
TOU	Outros trabalhadores especializados de nível médio	Representante comercial, corretor de imóveis, funcionário público sem especificar	34, 110 (ofic. interm.)	3,0
ESC	Escriturários	Auxiliar de escritório, assistente administrativo, almoxarife, auxiliar de contabilidade	41	5,0
APU	Trabalhadores do atendimento ao público	Recepcionista, operador de caixa, telefonista	42	2,3
SER	Trabalhadores dos serviços pessoais e comunitários	Cabeleireiro, manicure, babá, cuidador de idosos, agente comunitário de saúde	51 (exceto 512 e 516)	3,5
VND	Vendedores e outros trabalhadores do comércio	Vendedor do varejo, repositor de mercadorias, promotor de vendas, frentista	52	4,0
AGR	Trabalhadores e produtores da agropecuária, pesca, caça e flo- restais	Produtor agrícola polivalente, produtor agro- pecuário em geral, trabalhador volante da agricultura, pescador artesanal	61	10,2
CCE	Trabalhadores da construção civil e da indústria extrativa	Pintor, trabalhador na manutenção de edifícios, encanador, gesseiro	71 (exceto 712)	2,7
MEC	Trabalhadores da metalurgia, construção mecânica e afins	Mecânico de máquinas agrícolas, mecânico de automóveis, eletricista de manutenção eletroeletrônica, serralheiro, soldador	72	3,6
ART	Artesãos, trabalhadores do processamento de alimentos e afins	Marceneiro, bordador, padeiro, açougueiro	73, 74	3,0
MAQ	Operadores e montadores de máquinas e instalações	Costureiro (confecção em série), operador de máquina em geral, lavadeiro, borracheiro	81, 82	5,0
МОТ	Motoristas e operadores de máquinas móveis	Caminhoneiro, taxista, motorista de ônibus, motoboy, operador de empilhadeira	83	4,9
ELS	Trabalhadores elementares dos serviços	Porteiro, zelador, vigia, catador de material reciclável, gari	91 (exceto 911 e 913)	3,1

Tabela 1 – Grupos ocupacionais, exemplos de ocupações e correspondência com ISCO-88

(conclusão)

			(concit	1340)
Abrev.	Título do grupo	Exemplos de ocupações	ISCO-88	% a
ELC	Trabalhadores elementares na construção, indústria, mineração e transporte	Servente de obras, alimentador em linha de produção, ajudante de motorista, garimpeiro	93	2,4
АНО	Trabalhadores dos serviços de alimentação e hotelaria	Cozinheiro, garçom, atendente de lanchonete, copeiro, camareiro	512	2,9
SEG	Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	Vigilante, policial, agente de segurança, soldados e praças (forças armadas, polícia e bombeiros)	516, 110 (sold./ praças)	2,7
PDR	Pedreiros e carpinteiros	Pedreiro, mestre de obras, carpinteiro	712	4,6
AMB	Vendedores ambulantes, de rua e a domicílio	Vendedor ambulante, vendedor a domicílio, feirante, operador de telemarketing	911	3,0
DOM	Empregados domésticos, traba- lhadores de limpeza interna e afins	Empregado doméstico, diarista, serviços gerais sem especificar, faxineiro	913	10,2

^a Percentual entre os respondentes na subamostra (N=2959).

O escalonamento multidimensional (*multidimensional scalling*, ou simplesmente MDS) é uma técnica de "redução de dimensões", estreitamente relacionada com a mais conhecida análise de correspondência. Essa foi a técnica utilizada originalmente por Laumann (1966, 1973) para a análise da associação diferencial, depois por Stewart, Prandy e Blackburn (1973) e, mais recentemente, por Chan e Goldthorpe (2004), entre outros. A partir de dados de dissimilaridade ou distâncias entre um grupo de "objetos", o MDS objetiva representá-los como pontos em um espaço euclidiano de *m* dimensões, de modo que as distâncias nesse espaço correspondam o melhor possível às dissimilaridades originais (Kruskal e Wish, 1978; Cox e Cox, 2001)²⁷. Isso pode ser formalmente representado como:

$$d_{ij} = \sqrt{\sum_{m=1}^{M} (x_{im} - x_{jm})^2} \approx f(\delta_{ij})$$

²⁶ O MDS é frequentemente definido de forma mais ampla como uma família de técnicas que inclui a análise de correspondência (Cox e Cox, 2001).

²⁷ Um exemplo frequentemente utilizado para explicar a lógica do MDS é o de uma matriz de distâncias geográficas entre um grupo de cidades. Se o escalonamento multidimensional é aplicado a dados tipo, um ajuste satisfatório é obtido com duas dimensões que correspondem, aproximadamente, aos eixos leste-oeste e norte-sul. A configuração geométrica bidimensional se assemelha, assim, à disposição das cidades em um mapa (ainda que distorcido, invertido, etc).

onde d_{ij} é a distância entre os pontos i e j no espaço euclidiano, x_{im} e x_{jm} são suas coordenadas na dimensão m e δ_{ij} é a dissimilaridade/distância original entre os objetos i e j. No caso do MDS métrico (ou clássico), que utilizamos aqui, o último termo da equação acima corresponde a uma transformação linear da dissimilaridade, do tipo $\alpha + \beta \delta_{ij}$, sendo α e β parâmetros desconhecidos (Kruskal e Wish, 1978).

Nos dados aqui utilizados, os "objetos" a serem considerados no MDS são os grupos ocupacionais. Uma medida de distância/dissimilaridade entre os grupos pode ser obtida através do índice de dissimilaridade, que permite quantificar a diferença entre duas distribuições proporcionais e é amplamente utilizado em pesquisas sociológicas, principalmente nos estudos de segregação sócio-espacial. O índice de dissimilaridade varia de 0 a 1 e tem uma interpretação intuitiva: ele representa a proporção de casos que precisariam ser reclassificados para que as duas distribuições fossem idênticas. Dessa forma, computou-se o índice de dissimilaridade para todos os pares de grupos ocupacionais dos respondentes, considerando a distribuição dos seus amigos – em outras palavras, comparando, em pares, as distribuições representadas por cada linha na nossa tabela de contingência. Como o índice de dissimilaridade é simétrico – ou seja, há um único índice para cada par de grupos – o resultado desse exercício é uma matriz simétrica em que cada célula x_{ii} contém o índice relativo aos grupos i e j. Pode-se interpretá-la como uma matriz de distância social, em que é possível verificar, de forma resumida, o quão diferentes são os grupos em termos de composição ocupacional das amizades.²⁸ Essa matriz de dissimilaridade foi, então, submetida ao escalonamento multidimensional, cujos resultados serão apresentados na próxima seção.

Por outro lado, a técnica conhecida como modelo RC-II (ou simplesmente RC) de Goodman é parte de uma classe especial de modelos log-lineares e log-multiplicativos dedicados
à análise de tabelas de contingência, conhecida como modelos de associação (Goodman,
1979; Powers e Xie, 1999; Wong, 2010). Este grupo de modelos foi desenvolvido especificamente para analisar a estrutura da associação em tabelas de contingência com variáveis ordinais. No RC-II, supõe-se que as categorias das variáveis de linha e coluna constituem uma
classificação hierárquica com ordem e distâncias desconhecidas. O modelo, então, estima para
as categorias das variáveis os escores que melhor se ajustam aos dados observados, o que o
torna especialmente adequado para situações em que o pesquisador não sabe — ou seu objeti-

2

²⁸ Por exemplo, o maior índice de dissimilaridade (0,81) é verificado entre os grupos de trabalhadores e produtores da agropecuária, pesca, caça e florestais (AGR) e de profissionais da engenharia, ciências exatas, biológicas e da saúde (EBS). Em outras palavras, eles compartilham menos de 20% de amizades e, nesse sentido, são os mais distantes. O menor (0,27) é aquele entre os dirigentes empresariais e do poder público (DIR) e outros profissionais (OUT).

vo é precisamente descobrir – a ordem das categorias. As principais aplicações sociológicas do modelo RC-II se dão em estudos de mobilidade social, em que ele permite identificar dimensões hierárquicas subjacentes à associação entre origens e destinos de classe. Prandy e Lambert (2003), Bessudnov (2009), Luca, Meraviglia e Ganzeboom (2012), entre outros, utilizaram o modelo RC-II para produzir escalas de status/interação social.

Na notação dos modelos log-lineares, o RC-II pode ser escrito como:

$$\log F_{ij} = \lambda + \lambda_i^L + \lambda_j^C + \varphi \, \mu_i \, \nu_j$$

em que F_{ij} é a frequência esperada da célula ij; λ é o efeito principal (média geral); λ_i^L e λ_j^C são os efeitos principais (ou marginais) da linha i e da coluna j, respectivamente; φ é o "parâmetro de associação intrínseca", um indicador da força da associação entre os escores das linhas e colunas; e μ_i e ν_j são os escores de linhas e colunas. O modelo RC-II pode ser generalizado para uma versão multidimensional, isto é, capaz de estimar vários conjuntos de escores, ou dimensões hierárquicas, para as linhas e colunas. Essa versão é chamada de RC(M) e é definida como:

$$\log F_{ij} = \lambda + \lambda_i^L + \lambda_j^C + \sum_{m=1}^M \varphi_m \, \mu_{im} \nu_{jm}$$

onde M indica o número total de dimensões e m as indexa. ²⁹

Uma grande vantagem do modelos log-lineares é sua flexibilidade, pois é possível definir diversas especificações que correspondam a hipóteses sobre a estrutura dos dados ou mesmo que levem em conta padrões já conhecidos da relação que está sendo analisada . Por exemplo, no caso de tabelas em que as categorias das linhas e colunas sejam as mesmas – como é o caso das tábuas de mobilidade e de nossa estrutura ocupacional das amizades – é comum impor uma restrição de homogeneidade entre os escores para linhas e colunas, isto é, $\mu_{im} = \nu_{jm}$. Em outras palavras, supõe-se que uma mesma classificação hierárquica perpassa as variáveis das linhas e colunas. Outra modificação usual envolve o tratamento especial dos casos em que o grupo ocupacional do amigo é o mesmo do respondente – isto é, os casos localizados na diagonal principal da tabela de contingência. Nesse caso, inclui-se um termo na equação para que as células da diagonal sejam ajustadas exatamente. Na próxima seção, ava-

_

 $^{^{29}}$ Observe-se que o modelo RC(1) – isto é, o RC(M) com apenas uma dimensão – é idêntico ao RC-II convencional.

lio várias especificações do modelo de Goodman, utilizando a denominação mais geral RC(M).

2.3 Resultados

O escalonamento multidimensional é uma técnica essencialmente exploratória e, por isso, não tem testes estatísticos associados, mas uma forma de avaliar seu ajuste é a inspeção dos autovalores (*eigenvalues*) correspondentes a cada uma das dimensões. O procedimento é o mesmo de outras técnicas de redução dimensional, como análise fatorial e análise de componentes principais. O autovalor de uma dimensão pode ser interpretado como a quantidade de variância a ela associada, o que permite avaliar a importância relativa de cada dimensão na determinação das dissimilaridades.

O Gráfico 1 – conhecido como *screeplot* – apresenta os autovalores produzidos pelo escalonamento multidimensional, até a décima dimensão. O número total de dimensões estimadas pelo MDS é igual ao número de objetos/categorias, que aqui correspondem aos 26 grupos ocupacionais.. A decisão sobre o número de dimensões relevantes pode ser tomada identificando-se o ponto em que o acréscimo de novas dimensões não implica alteração significativa na variância explicada. Embora não haja um ponto claro de inflexão na curva, a partir do qual ela se aproxima de uma reta, é possível notar que há pouca redução dos autovalores depois da terceira dimensão. Isso significa que uma solução mais complexa que um espaço tridimensional acrescenta pouco à explicação das dissimilaridades entre grupos ocupacionais. Entretanto, as três primeiras dimensões explicam conjuntamente apenas 40% da variância total, sendo a primeira delas responsável por metade desse percentual.

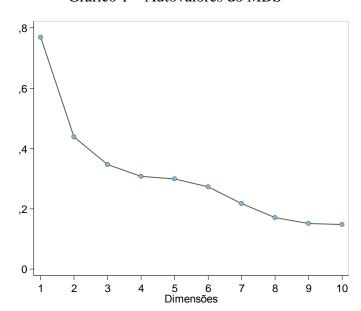


Gráfico 1 – Autovalores do MDS

No caso dos modelos log-lineares, é possível comparar como diversas especificações se ajustam aos dados. ³⁰A Tabela 2 apresenta as estatísticas de ajuste de várias especificações do modelo RC(M). ³¹ O modelo 1 é o mais simples e estima apenas uma dimensão com escores diferentes para os grupos ocupacionais dos respondentes e amigos. O modelo 2 adiciona parâmetros para o ajuste exato das células na diagonal principal, mantendo a mesma especificação do modelo 1 para o resto das células – o que explica o nome Quase-RC(1). Considerando que não é plausível supor hierarquias distintas para os grupos ocupacionais de respondentes e amigos – afinal, se tratando de uma amostra representativa da população brasileira, a única diferença sistemática entre os dois grupos é o fato de terem sido entrevistados ou não –, o modelo 3 repete o modelo 2, só que calculando escores iguais para as linhas e colunas da tabela (por isso o "homogêneo"). Por fim, os modelos 4 e 5 repetem o anterior, mas estimando 2 e 3 dimensões, respectivamente.

³⁰ O RC(M) é, tecnicamente, um modelo log-multiplicativo. Mas como ele é geralmente apresentado no quadro geral da análise log-linear, falo genericamente em "modelos log-lineares".

³¹ Os modelos foram estimados com o pacote *logmult* para o *R* (Bouchet-Valat, 2014). Todas as outras análises deste trabalho foram conduzidas no *Stata 12*.

Tabela 2 –	Estatísticas	de	ajuste	dos	modelos	RC(N	(IV

	Modelo	G^2	g.1.	p	BIC	Dissim.(%)
1	RC(1)	2207,0	576	0,000	-2412,9	30,3
2	Quase-RC(1)	954,1	550	0,000	-3457,3	17,6
3	Quase-RC(1), Homogêneo	990,0	574	0,000	-3613,8	17,9
4	Quase-RC(2), Homogêneo	850,0	550	0,000	-3561,3	15,9
5	Quase-RC(3), Homogêneo	790,9	527	0,000	-3436,0	15,1

Para a seleção do modelo mais adequado aos dados utilizo a estatística BIC (*Bayesian Information Criterion*), que fornece um equilíbrio entre capacidade explicativa e complexidade modelo, favorecendo especificações parcimoniosas (Raftery, 1995). Quanto menor – ou mais negativo – o valor da estatística BIC, melhor o ajuste do modelo. Por esse critério, o modelo 3 é o que melhor se ajusta aos dados. Em outras palavras, a distribuição ocupacional das amizades é melhor explicada – estatisticamente e pelo menos no que tange à hierarquização das ocupações – por uma hierarquia unidimensional comum às ocupações dos respondentes e amigos, bloqueados os casos da diagonal principal. Entretanto, é importante notar que os testes de significância (coluna *p* da Tabela 2) da estatística G² indicam que, de forma geral, nenhum dos modelos RC(M) explica satisfatoriamente os dados. A estatística G², ou razão de verossimilhança, é uma medida de desvio, ou seja, de incongruência entre as frequências observadas e as esperadas pelo modelo, e se distribui aproximadamente como qui-quadrado. Em todos os modelos estimados, o desvio é estatisticamente significativo a qualquer nível de confiança convencional. Além disso, o índice de dissimilaridade também é alto para todos os modelos: o modelo preferido (3), por exemplo, classifica incorretamente 18% dos casos.

Ainda que não permitam uma explicação completa da distribuição das amizades entre grupos ocupacionais, esses resultados podem nos indicar os principais fatores, ou dimensões, que a estruturam. Como referência, nos dados usados por Chan e Goldthorpe (2004) a solução tridimensional do MDS – da qual eles obtém sua escala de status – explica 61% da variância total e um modelo equivalente ao 3 (Quase-RC(1) Homogêneo) classifica incorretamente 14,7% dos casos.³² O objetivo aqui não é dar conta da distribuição ocupacional das amizades

³² Esses resultados não são reportados por Chan e Goldthorpe (2004), mas é possível obtê-los e replicar a escala de status usando os dados originais disponibilizados no pacote *gnm* para o *R* (Turner e Firth, 2014).

como um todo, e sim estimar, a partir dela, uma dimensão de status subjacente aos padrões de interação social.

Nesse sentido, é importante comparar os escores gerados pelos diferentes modelos RC(M) e pelo escalonamento multidimensional. Primeiramente, os conjuntos de escores produzidos pelos modelos 2 a 5 da Tabela 2 – ou seja, todos os que incluem parâmetros para a diagonal – são consistentes entre si. Os escores estimados separadamente para linhas e colunas no modelo 2 têm alta correlação (r = 0.97 e r = 0.95, respectivamente) com o conjunto único produzido pelo modelo 3. E a hierarquia estimada pelo modelo 3 se repete na primeira dimensão dos modelo 4 e 5, em ambos os casos com correlação r = 0.99, assim como a segunda dimensão do modelo 4 é equivalente à segunda dimensão do 5 (r = 0.99). A reprodução aproximada dos escores de determinado modelo RC(M) em seu equivalente com mais dimensões é bastante comum, mas não um atributo intrínseco à sua formulação. 33

Em segundo lugar, pelo menos no que tange à primeira e, em menor medida, à segunda dimensão, o escalonamento multidimensional e o modelo RC(M) produzem resultados significativamente semelhantes. A correlação entre a hierarquia estimada pelo modelo 3 da Tabela 2 e a primeira dimensão do MDS é de r = 0.97. No caso das soluções bidimensionais – isto é, o modelo 4 e as duas primeiras dimensões do MDS – a correlação é de 0.96 e 0.82 para a primeira e a segunda dimensão, respectivamente. A similaridade não se repete, entretanto, quando comparamos o terceiro conjunto de escores gerados pelo modelo 5 e a dimensão correspondente do MDS (r = 0.02).

Como duas técnicas estatísticas distintas, aplicadas aos dados sob diferentes formas — a tabela de contingência original para os modelos RC(M) e a matriz de dissimilaridade para o escalonamento multidimensional —, estimaram uma mesma hierarquia como dimensão principal da estrutura das amizades, julgo ser possível considerá-la um resultado suficientemente robusto. Visto que a primeira dimensão dos modelos 3 e 4 são, para todos os efeitos, idênticas, faz sentido usar a solução bidimensional para facilitar a visualização e comparação com os resultados do MDS. Os Gráficos 2 e 3 exibem as duas primeiras dimensões para o MDS e os escores gerados pelo modelo 4.

-

³³ Por exemplo, é possível que a hierarquia captada por um modelo RC(1) seja uma representação sintética que não corresponda diretamente a nenhumas das duas dimensões estimadas por um RC(2) equivalente. No escalonamento multidimensional, por outro lado, todas as dimensões são estimadas simultaneamente, não importando quantas serão utilizadas pelo pesquisador.

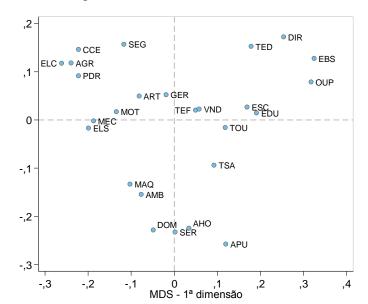
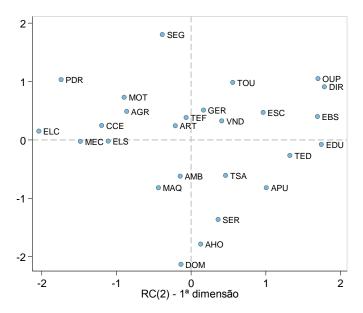


Gráfico 2 – Primeira e segunda dimensões do escalonamento multidimensional

Gráfico 3 – Primeira e segunda dimensões do modelo Quase-RC(2) Homogêneo



Em primeiro lugar, podemos observar nos dois gráficos que os grupos ocupacionais estão bem distribuídos ao longo das duas dimensões. Ou seja, não há indicação de uma dicotomia – por exemplo, uma oposição urbano/rural – ou quaisquer distinções categóricas claras. Ainda que algumas descontinuidades sejam visíveis – como a que destaca o grupo de trabalhadores dos serviços de proteção e segurança (SEG) no topo do Gráfico 3 – ambas as dimensões parecem refletir classificações gradacionais.

Confirmando as expectativas teóricas, a primeira dimensão (eixo horizontal) dos dois gráficos parece expressar uma hierarquia de status. No lado direito encontramos os grupos de profissionais de nível superior e o de dirigentes, que aparecem mais isolados no Gráfico 3, seguidos de profissionais especializados de nível médio e ocupações não manuais de rotina, como trabalhadores de escritório. No outro extremo, que podemos considerar como parte inferior dessa hierarquia, estão as ocupações elementares e de baixa qualificação, em ordem variável segundo a técnica utilizada. É evidente que os recursos educacionais e econômicos têm papel decisivo nessa hierarquia e falaremos mais sobre isso na próxima seção. Mas uma interpretação estritamente em termos socioeconômicos não parece dar conta, por exemplo, do fato de que típicas ocupações não manuais de rotina – como trabalhadores no atendimento ao público (APU) – estejam melhor posicionadas que ocupações técnicas com níveis correspondentes ou mesmo melhores de educação e renda – como técnicos de nível médio da saúde e ciências biológicas (TSA) e da engenharia e ciências exatas (TEF).

A hierarquia ocupacional é mais inteligível se levarmos em conta a distinção entre ocupações manuais e não manuais – ou melhor, entre as que envolvam mais ou menos tarefas manuais. Essa é a interpretação avançada por Chan e Goldthorpe (2004) para a escala de status que desenvolveram para o Reino Unido, em que os grupos ocupacionais estariam ordenados segundo o grau de "manualidade", o que não necessariamente corresponde a diferenças de qualificação e rendimentos. Ocupações que lidam com símbolos e pessoas teriam posições superiores àquelas que lidam com máquinas e objetos inanimados em geral. Essa interpretação não só é compatível com os resultados aqui obtidos como também contempla as observações teóricas mais gerais sobre os determinantes da deferência (Shils, 1968) e a histórica desvalorização do trabalho manual no Brasil (para uma análise de longo prazo, articulada à questão das desigualdades, ver Cardoso, 2010).

A segunda dimensão (eixo vertical) nos dois gráficos também parece passível de interpretação substantiva. Ao que tudo indica, os grupos ocupacionais estão dispostos nela segundo sua composição de gênero. Os grupos com maior participação feminina encontram-se, dessa forma, na porção inferior dos gráficos. Considerando, por exemplo, os casos localizados nos extremos opostos do eixo y do Gráfico 3, apenas 4% dos trabalhadores dos serviços de proteção e segurança (SEG) são mulheres, mas elas perfazem 85% dos trabalhadores domésti-

³⁴ Cabe notar que a direção das dimensões são arbitrárias, cabendo ao pesquisador atribuir-lhes sentido. Ou seja, no caso em tela, a definição do "topo" e da "base" de um hierarquia não se deve à ordenação dos maiores aos menores valores, já que a ordem poderia ser inversa. Mas é plausível considerar que os profissionais de nível superior, e não trabalhadores elementares da construção civil, estejam no topo da hierarquia de status ocupacional no Brasil.

cos e de limpeza interna (DOM). O modelo Quase-RC(2) parece ter capturado melhor essa distribuição: a correlação dos escores de sua segunda dimensão com o percentual de homens nos grupos ocupacionais é de 0,82, contra 0,73 da segunda dimensão do escalonamento multidimensional. É interessante notar que Chan e Goldthorpe (2004), analisando a estrutura ocupacional das amizades na Grã-Bretanha, também identificaram a segregação ocupacional por gênero expressa na segunda dimensão produzida pelo escalonamento multidimensional. A presença dessa dimensão de gênero na associação diferencial dos grupos ocupacionais é facilmente explicada pela conjunção de dois fatos: por um lado, a mais que conhecida segregação por gênero das ocupações; ³⁵ por outro, a forte homofilia por gênero nas amizades próximas – na PDSD, 95% dos homens e 90% das mulheres indicaram pessoas do mesmo sexo como melhores amigos.

Diante do exposto, é plausível, e promissor, utilizar a principal dimensão identificada na distribuição ocupacional das amizades como uma escala de status ocupacional. Dada a maior flexibilidade dos modelos log-lineares, que facilitam o teste de hipóteses específicas sobre a estrutura dos dados e permitem eventuais alterações em sua especificação, optaremos pelos escores produzidos pelo modelo RC(M) de melhor ajuste, em detrimento do escalonamento multidimensional – frisando que, como demonstramos, trata-se de resultados significativamente similares. Dessa forma, o que doravante será chamado de escala de status é o conjunto de escores estimados pelo modelo 3 da Tabela 2 para os nossos grupos ocupacionais.

Na Tabela 3, em que os 26 grupos ocupacionais aparecem em ordem decrescente de status, são apresentados os valores originais dessa escala, assim como uma versão transformada que varia de 1 a 100.³⁶ A escala transformada facilita a percepção das distâncias entre os grupos ocupacionais e a interpretação de coeficientes de regressão, por isso será utilizada em algumas das análises que seguem. A Tabela 3 inclui ainda algumas estatísticas descritivas relevantes, que auxiliarão nas próximas duas seções a lançar luz sobre as principais propriedades da hierarquia ocupacional aqui estimada e validar sua interpretação como um indicador de status.

³⁵ Para uma análise recente do quadro brasileiro, ver Guedes e Araújo (2011).

³⁶ A transformação foi feita com a fórmula $t_i = \frac{(x_i - MIN) \times (100 - 1)}{(MAX - MIN)} + 1$, onde a x_i é o valor do escore original do grupo i; e MIN e MAX são o menor e o maior valor, respectivamente, da escala original.

Tabela 3 – Escores na escala de status e estatísticas descritivas para os grupos ocupacionais

	Grupo	Status (escores originais)	Status (1-100)	Anos de escolaridade ^a	Renda do Trabalho ^a	ISEI ^b	SIOPS ^c	% homens	% pretos e pardos
1	DIR	1,9611	100,0	11,7	2428,6	65,5	63,0	66,4	43,9
2	OUP	1,8203	96,5	13,4	2341,9	70,3	62,0	55,9	32,7
3	EBS	1,6983	93,5	14,3	2972,7	71,3	62,8	70,6	30,7
4	EDU	1,5811	90,5	14,4	1846,4	66,0	64,2	22,7	38,0
5	TED	1,2084	81,3	13,2	1720,3	38,0	50,0	21,4	46,8
6	ESC	0,9765	75,5	11,3	1662,5	47,1	40,9	51,3	39,0
7	APU	0,8158	71,5	10,1	850,7	51,3	35,7	22,5	47,1
8	TOU	0,6043	66,2	11,1	2181,6	55,9	50,9	56,6	44,2
9	VND	0,4467	62,3	8,9	756,7	43,0	32,0	48,1	46,5
10	TSA	0,3435	59,7	10,8	1232,3	42,2	45,4	31,2	38,5
11	SER	0,2377	57,1	7,8	496,4	27,2	29,7	13,7	52,0
12	GER	0,1669	55,3	8,5	1414,1	48,8	45,9	60,6	45,4
13	AHO	0,0742	53,0	7,1	572,8	31,3	27,7	21,0	51,0
14	TEF	-0,0461	50,0	10,5	1406,2	51,6	49,0	82,3	49,6
15	DOM	-0,0948	48,8	5,7	417,5	16,0	21,7	14,9	57,1
16	AMB	-0,1438	47,6	7,2	611,8	28,2	24,3	45,5	45,3
17	ART	-0,1900	46,5	7,3	746,2	32,3	32,8	66,6	48,4
18	MAQ	-0,3935	41,4	7,3	752,9	30,3	28,7	46,8	49,9
19	SEG	-0,3979	41,3	8,8	1299,2	40,6	30,6	96,1	59,8
20	AGR	-0,8541	29,9	3,8	1262,7	23,2	39,1	69,0	56,0
21	MOT	-0,9085	28,6	7,0	1087,8	30,6	31,6	98,5	50,8
22	ELS	-1,0902	24,0	6,1	654,5	25,0	19,3	75,4	54,8
23	CCE	-1,2235	20,7	6,4	840,9	29,8	28,1	85,0	52,6
24	MEC	-1,4611	14,8	7,3	1123,8	34,5	39,1	99,4	49,5
25	PDR	-1,7482	7,7	5,2	740,1	29,0	33,7	99,5	63,7
26	ELC	-2,0161	1,0	6,0	592,2	21,9	17,3	82,8	58,6

^a Médias de escolaridade e renda calculadas considerando apenas respondentes entre 25 e 64 anos de idade;

2.4 Status, educação, renda e raça

Os Gráficos 2 e 3 e, principalmente, os dados apresentados na Tabela 3 permitem verificar que, como esperado, a posição dos grupos ocupacionais no que estamos chamando de escala de status é decisivamente relacionada aos seus recursos educacionais e econômicos. Nesta seção, analiso mais formalmente essa relação e considero ainda o papel da cor da pele, inegavelmente um fator decisivo na estrutura das desigualdades no Brasil.

^a Média do International Socio-Economic Index of Occupational Status;

^b Média do Standard International Occupational Prestige Scale.

A Tabela 4 apresenta dos tipos de informação: as correlações bivariadas entre status e educação – medida em anos de escolaridade completos – e status e renda do trabalho, e os coeficientes padronizados (betas) de uma regressão linear simples tendo o status como variável dependente e educação e renda como independentes. Essas estatísticas foram calculadas de duas formas: no nível individual e no nível agregado. Para as estimativas no nível individual, foram atribuídos aos respondentes com idade entre 25 e 64 anos que eram chefes de domicílio ou seus cônjuges e que trabalharam nos 7 dias ou 12 meses anteriores à entrevista da PDSD os escores de status correspondentes a seus grupos ocupacionais. No nível agregado, por sua vez, a unidades de análise são os 26 grupos ocupacionais e as variáveis de educação e renda correspondem às médias dos grupos, reportadas na Tabela 3.

Tabela 4 – Correlações da escala de status com educação e renda do trabalho e coeficientes de regressão linear padronizados (Homens e mulheres, 25 a 64 anos - Brasil, 2008)

	Indiv	ridual	Agre	gado	
	Regressão Correlação múltipla ^a (Beta)		Correlação	Regressão múltipla ^a (Beta)	
Anos de estudo	0,49	0,498***	0,87	0,848***	
Renda do trabalho ^b	0,23	0,002	0,70	0,023	
		$R^2 = 0.25$ N = 5505		$R^2 = 0.75$ N = 26	

^{***} p< 0,01 ** p < 0,05 *p<0,1

Em primeiro lugar, as correlações e os efeitos de educação e renda no status são muito mais fortes no nível agregado do que no nível individual. Por exemplo, a correlação entre renda do trabalho e status é de apenas 0,23 no nível individual (com a renda em log), mas salta para 0,70 se considerada no nível dos grupos ocupacionais. Os coeficientes de determinação (R²) indicam que a educação e renda explicam, conjuntamente, três quartos da variância de status entre grupos ocupacionais, contra 25% entre os indivíduos. Esse é um resultado previsível, visto que a miríade de fatores que condicionam os resultados educacionais e os rendi-

_

^a Variável dependente: status; coeficientes padronizados.

^b Log da renda do trabalho no nível individual.

³⁷ Note-se que isso significa que foram incluídos também os respondentes que não estavam na subamostra utilizada para a estimação da escala de status (por não terem prestado informações sobre seus amigos ou por estes não estarem ocupados).

mentos dos indivíduos é traduzida no nível agregado em aproximações dos requisitos de qualificação e recompensas financeiras associadas aos grupos ocupacionais, que são as unidades para as quais os escores de status foram calculados.

Um segundo ponto a ser ressaltado é que a educação é mais importante na determinação do status do que a renda. Isso é indicado tanto pelas correlações bivariadas quanto pelos coeficientes de regressão padronizados, e tanto no nível individual quanto no agregado. De fato, no contexto da regressão, o efeito da renda não é significativo a nenhum nível convencional. Contudo, é preciso levar em conta que, dados os critérios adotados na ISCO, já na definição dos grupos ocupacionais há uma diferenciação considerável em termos de educação. Por outro lado, o papel decisivo da educação parece ser uma característica comum das escalas de interação social. Tanto o padrão — associação mais forte no nível agregado e preponderância da educação — quanto a força da correlação do status com educação e renda aqui observados são bastante similares aos das escalas para seis países (Reino Unido, Chile, França, Estados Unidos, Holanda e Hungria) reportadas em Chan (2010b). A correlação com a educação também é significativamente maior que com a renda nas escalas produzidas para a Rússia (Bessudnov, 2009) e Suécia (Torssander e Erikson, 2009) e, em outro exemplo para o Reino Unido, na *Cambridge Scale* original e sua revisão feita por Prandy (1990).

Chan (2010b) destaca a menor importância da renda, em comparação com a educação, na determinação das escalas de status/interação social como evidência de que estas capturam algo diferente do que é convencionalmente representado pelos índices de status socioeconômico, visto que, na composição desses índices, renda e educação tendem a ter pesos muito semelhantes. No SEI de Duncan (1961a), por exemplo, educação e renda tinham efeitos significativos e pesos quase idênticos. Nos dados da PDSD, a associação do ISEI com educação e renda é de fato mais equilibrada tanto no nível dos indivíduos quanto dos grupos ocupacionais.⁴⁰

Ainda que as escalas de status/interação social sejam consideradas analiticamente distintas dos índices de status socioeconômico – vide a próxima seção – , a comparação das associações com renda e educação deve ser feita com cautela, visto que também nos índices de

³⁸ Quando os valores originais, em não o log, da renda do trabalho são utilizados, seu efeito é significativo ao nível de 1%. As correlações entre as variáveis de educação e renda (0,45 no nível individual e 0,80 no agregado) não são grandes o suficiente para gerar problemas sérios de multicolinearidade.

³⁹ Outros trabalhos que produziram escalas do mesmo tipo – como Laumann (1966), Prandy e Lambert (2003) e Luca, Meraviglia e Ganzeboom (2012) – não reportaram as correlações com renda e educação.

⁴⁰ A correlação é de 0,55 com a escolaridade e 0,40 com a renda do trabalho no nível individual e 0,89 e 0,87, respectivamente, no nível agregado. Na regressão, os coeficientes padronizados para escolaridade e renda são, respectivamente: 0,46 e 0,19 no nível individual e 0,54 e 0,44 no agregado, todos com efeito significativo a 1%.

status socioeconômico elas podem não ser de magnitude equivalente. Dadas as desigualdades salariais e a segregação ocupacional por gênero, esses índices tendem a apresentar diferenças importantes se estimados separadamente para homens e mulheres. Por exemplo, Hauser e Warren (1997) estimaram dezenas de modelos de regressão predizendo o prestígio ocupacional a partir de educação e renda para produzir índices semelhantes ao SEI de Duncan. Com diversas especificações das variáveis e dos pesos, eles identificaram o seguinte padrão: nos índices para todos os trabalhadores e naqueles apenas para mulheres, o efeito da educação é maior (cerca de 2 a 3 vezes) que o da renda; quando só os homens são considerados (como é caso do SEI original de Duncan), educação e renda têm efeitos da mesma magnitude na maioria dos casos, e o da renda é maior em alguns deles.

Ainda tratando de indicadores básicos, é de interesse considerar, mesmo que sumariamente, a relação da nossa dimensão de status com as desigualdades raciais. A raça, ou cor da pele, é um fator decisivo na estruturação de diversos tipos de desigualdades no Brasil, com a população negra aparecendo sistematicamente em posições desvantajosas (cf., entre muitos outros trabalhos, Silva e Hasenbalg, 1992; Hasenbalg, Silva e Lima, 1999). É plausível supor, portanto, que também nossa escala de status seja permeada pelas desigualdades raciais. Por exemplo, os autodeclarados pretos ou pardos representam cerca de 52% dos respondentes com ocupação registrada na PDSD, mas perfazem menos da metade dos casos nas dez primeiras ocupações da hierarquia de status; em cinco delas, o número é inferior a 40%. Com um indicador simples, chegamos à nada surpreendente constatação de que a hierarquia social que estimamos segue de perto a composição racial dos grupos ocupacionais: a correlação entre os escores na escala de status e percentual de pretos e pardos nos 26 grupos é de 0,80.⁴¹ Se considerarmos a escala de status transformada, que varia entre 1 a 100, a média de status dos brancos (50,2) é cerca de 12% maior que as de pretos (44,7) e pardos (44,9), uma diferença estatisticamente significativa, ainda que modesta.

A educação e a renda são variáveis intervenientes óbvias nessa relação. Ou seja, é possível que as diferenças de status entre grupos de cor sejam apenas uma consequência do fato de que os brancos têm, em média, níveis mais altos de educação e renda. O mesmo se daria, evidentemente, no nível dos grupos ocupacionais. Para testar essa hipótese, é necessário avaliar a relação entre status e cor da pele (ou composição racial, no caso dos grupos ocupacionais) levando em conta também as diferenças de educação e renda. A Tabela 5 apresenta os

⁴¹ Amarelos e indígenas representam apenas 3% da amostra e, por isso, foram excluídos de todas as análises envolvendo a variável de cor.

resultados de modelos de regressão linear com especificações equivalentes aos da Tabela 4, mas incluindo as variáveis de cor relevantes para cada nível de análise.

Tabela 5 – Regressão linear para status (1-100) (Homens e mulheres, 25 a 64 anos – Brasil, 2008)

	Individual	Agregado
Anos de estudo	2,660*** (0,086)	5,995*** (1,964)
Renda do trabalho ^a	-0,026 (0,292)	-0,0007 (0,007)
Cor: Branca ^b	1,682** (0,726)	
Cor: Preta ^b	0,066 (1,119)	
% de pretos e pardos		-0,971 (0,615)
Constante	25,791*** (1,687)	46,845 (42,467)
R ² = N =	0,25 5317	0,78 26

Erros padrão em parênteses. *** p< 0,01 ** p < 0,05 *p<0,1

Os resultados da Tabela 5 sugerem que o efeito independente da cor da pele na determinação do status ocupacional é pequeno. Controlando por educação e renda, não há diferença significativa de status entre pretos e pardos. Por outro lado, brancos têm, em média, cerca de 1,7 pontos a mais na escala de status do pretos e pardos com níveis idênticos de escolaridade e renda. No plano agregado, cada ponto percentual a mais de pretos e pardos em um grupo ocupacional implicaria, mantidas as médias de escolaridade e renda constantes, quase um ponto a menos na escala de status, mas esse efeito não é estatisticamente significativo. Em outras palavras, a cor da pele, de um lado, e principalmente a composição racial dos grupos ocupacionais, de outro, são indicadores importantes do status ocupacional, mas apenas na medida em que também sintetizam as desigualdades na distribuição da renda do trabalho e nos resultados educacionais. Não se trata, portanto, de descartar a associação da raça com o status ocupacional, mas sim de frisar que ela está relacionada principalmente aos mecanismos que alocam a população negra em ocupações de menor qualificação e remuneração.

 ^a Log da renda do trabalho no nível individual.
 ^b Categoria de referência: Parda.
 Amarelos e indígenas excluídos da análise.

2.5 Status e outras hierarquias ocupacionais

Como discutido no capítulo anterior, as escalas de status baseadas em padrões de interação social representam uma alternativa aos mais tradicionais índices de status socioeconômico e escalas de prestígio. Estes últimos têm, a seu favor, maior disponibilidade e uma ampla literatura acumulada, o que permite o conhecimento mais preciso de suas propriedades e facilita comparações internacionais. Teoricamente, essas três abordagens se propõem a representar hierarquias ocupacionais analiticamente distintas, ainda que altamente correlacionadas. É importante, portanto, comparar diretamente a escala de status com indicadores de status socioeconômico e prestígio, o que será feito utilizando, respectivamente, o International Standard Socioeconomic Index (ISEI) e a Standard International Prestige Scale (SIOPS), que já foram apresentadas no primeiro capítulo. 42 Se estiver certa a interpretação que, na esteira do trabalho de Chan e Goldthorpe (2004), vimos propondo para a hierarquia ocupacional estimada a partir dos padrões de interação social, o que se espera é que ela seja bastante similar ao ISEI e à SIOPS, mas que apresente discrepâncias inteligíveis à luz das distinções analíticas esboçadas no capítulo anterior.

Os Gráficos 4 e 5 mostram as posições dos 26 grupos ocupacionais na escala de status em comparação com o ISEI e o SIOPS, respectivamente. A correlação com a nossa escala de status é relativamente alta nos dois casos (0,80 e 0,77), mas ainda assim menor do que a alcançada pelos anos de escolaridade.

foram feitas através da versão para o Stata (Hendrickx, 2004) das sintaxes para o SPSS escritas por Harry Ganzeboom e Donald Treiman e disponibilizadas em http://www.harryganzeboom.nl/isco88/index.htm. Detalhes da codificação são fornecidos em Ganzeboom e Treiman (1996).

⁴² A atribuição dos escores do ISEI e do SIOPS e a codificação das classes EGP (utilizadas no próximo capítulo)

Gráfico 4 – Status versus ISEI

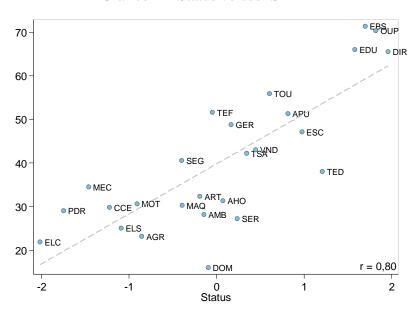
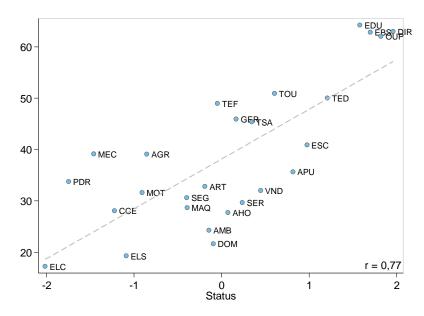


Gráfico 5 – Status versus SIOPS



Na relação status versus ISEI, os trabalhadores nos serviços domésticos e de limpeza interna (DOM) e os profissionais de nível médio na educação (TED) são *outliers* – o que pode ser verificado tanto no gráfico quanto na análise dos resíduos "studentizados". ⁴³ Ambos têm posições mais altas de status, no sentido aqui adotado, do que seria previsto por sua posição "socioeconômica". De fato, o grupo de trabalhadores domésticos é o último no ranking do

 $^{^{43}}$ Apenas o grupo DOM, entretanto, pode ser considerado um "dado influente", por ter também alta alavancagem.

ISEI e está quase no meio da distribuição da nossa escala de status. Esses desvios são adequadamente explicados não só pelo método de construção das duas escalas como também pelas diferenças no que elas, teoricamente, representam. Enquanto o ISEI é um indicador sintético de recursos educacionais e econômicos, a nossa escala de status busca representar uma hierarquia ocupacional plasmada pela distância social que é produzida por e reproduz diferentes estilos de vida.

As ocupações de nível médio na educação têm requisitos mais baixos de escolaridade e menor remuneração do que os grupos profissionais, mas desempenham tarefas semelhantes – e, em boa parte dos casos, idênticas – aos profissionais de nível superior na educação (EDU). Isto é, em geral esses trabalhadores compartilham o mesmo espaço de trabalho e atribuições equivalentes aos do grupo EDU, e que envolvem primariamente a orientação e instrução de alunos, a organização e transmissão de conteúdos (ainda que, frequentemente, menos especializados), planejamento de atividades didáticas, etc. Assim, faz sentido que os membros desse grupo mantenham relações sociais duradouras e maior proximidade em termos de estilos de vida com as ocupações no topo da hierarquia – mais do que, por exemplo, os técnicos de nível médio da engenharia e ciências exatas (TEF), que, embora melhor posicionados no ISEI, desempenham tarefas envolvendo diretamente máquinas e equipamentos.

Também a posição dos trabalhadores domésticos e de limpeza interna (DOM) pode ser explicada por sua relação mais próxima com membros das ocupações no topo da hierarquia e deve ser entendida em contraste com outros grupos de baixa posição socioeconômica. Por exemplo, mecânicos (MEC), pedreiros (PDR) e trabalhadores da construção civil (CCE) têm escolaridade e renda similares ou maiores que os dos trabalhadores domésticos, mas a natureza de suas tarefas e os ambientes em que as desempenham propiciam menos oportunidades de interação social não estritamente profissional com membros de grupos ocupacionais de maior status. Assim, a posição dos trabalhadores domésticos é uma boa ilustração do caráter relacional da escala de status aqui apresentada: nesse caso, é difícil sustentar que seu estilo de vida seja semelhante ao dos grupos no topo da hierarquia, mas eles tendem a prestar serviços diretamente a membros destes grupos e trabalhar em seus domicílios ou (no caso dos faxineiros) em espaços compartilhados ou próximos, o que resulta em maiores oportunidades de estabelecer relações sociais duradouras – pelo menos em comparação com outras ocupações com bai-

-

⁴⁴ Na prática, como se observa da Tabela 3, a escolaridade média desse grupo é muito próxima à dos profissionais e a renda é pouco menor que dos professores com nível superior (EDU). E, mesmo se tratando de ocupações de nível médio, pouco mais que a metade dos membros do grupo TED tem ensino superior completo, a quarta maior proporção entre os grupos ocupacionais.

xos níveis de educação e renda. Situação semelhante se aplica aos trabalhadores nos serviços pessoais (SER), que incluem cabeleireiros, manicures, babás, etc. 45

Como a SIOPS está altamente correlacionada ao ISEI – em nossa amostra, a correlação é de 0,90 –, o padrão de dispersão exibido no Gráfico 5 é em geral semelhante àquele do Gráfico 4. As exceções são os trabalhadores de nível médio na educação (TED), do atendimento ao público (APU), vendedores (VND) e trabalhadores e produtores da agropecuária e afins (AGR). Os trabalhadores domésticos estão, novamente, em melhor posição na escala de status aqui estimada do que seria predito pelo seu "prestígio", como também os escriturários (ESC), trabalhadores no atendimento ao público, vendedores, entre outros. Mas apenas os trabalhadores da metalurgia e mecânicos (MEC) e pedreiros e carpinteiros (PDR) desviam significativamente dos valores esperados e o fazem na direção oposta: seus escores de status são menores que os preditos pelos valores da SIOPS. Acredito que essas discrepâncias são explicadas menos por diferenças em termos de "poder e privilégio", os fatores relacionados ao prestígio na interpretação original da SIOPS feita por Treiman (1977), do que por recursos socioeconômicos, o que pode ser verificado na comparação com o ISEI. Isso remete, portanto, ao argumento de Featherman e Hauser (1976) de que as escalas de prestígio são estimativas imperfeitas de recursos socioeconômicos.

Por fim, é interessante comparar a escala de status aqui estimada com a hierarquia produzida por outro tipo de relação social de interesse primordial para os estudos de desigualdade: a mobilidade intergeracional. Um dos argumentos dos pesquisadores responsáveis pelas escalas *CAMSIS* em sua defesa das escalas de interação social como indicadores de uma dimensão mais genérica de vantagens e desvantagens materiais e simbólicas — e não no sentido mais restrito de status — é que os padrões de distância social são muito semelhantes para vários tipos de relação social, como amizade, casamento e ocupações de pais e filhos (Bottero e Prandy, 2003). Dessa forma, repeti os procedimentos descritos na seção 2.2, mas cruzando os grupos ocupacionais dos respondentes com os dos seus pais — referente ao período em que os respondentes tinham em torno de 15 anos — em vez dos amigos. Em outras palavras, estimei o modelo quase-RC(1) com escores homogêneos a uma tabela de mobilidade intergeracional.

⁴⁵ Essa situação pode se refletir também na distância geográfica. Por exemplo, Préteceille e Cardoso (2008) mostram que 19% dos trabalhadores de serviços pessoais (domésticos incluídos nessa categoria) moravam nos espaços "superiores" da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, porcentual superior ao de operários e próximo ao da categoria que inclui os trabalhadores administrativos menos qualificados.

⁴⁶ Convencionalmente, resíduos "studentizados" com valor absoluto maior que dois são considerados indicadores de alta discrepância.

⁴⁷ Na regressão com o ISEI, os grupos MEC e PDR não cruzam o limiar que nos faria considerá-los *outliers* (nota anterior), mas chegam perto: seus resíduos "studentizados" são de, respectivamente, -1,90 e -1,87.

O Gráfico 6 compara a hierarquia resultante, que pode ser interpretada como um indicador da distância entre os grupos ocupacionais em termos de chances de mobilidade intergeracional, com a escala de status.

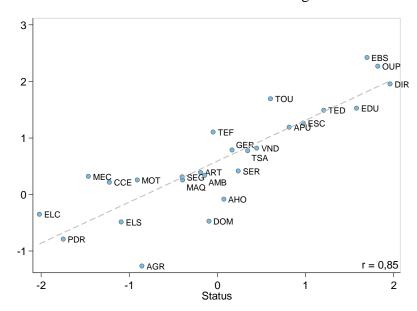


Gráfico 6 – Status versus mobilidade intergeracional

Em primeiro lugar, cabe notar que a correlação é maior do que a verificada entre o status e as outras duas escalas, o que pode tanto sugerir um padrão que é melhor captado pela perspectiva relacional quanto ser apenas consequência do fato de a mesma técnica e o mesmo recorte espaço-temporal terem sido utilizados para a produção de ambas as escalas (o ISEI e a SIOPS conjugam dados de vários países, cobrindo um período que vai até início da década de 1980). Por outro lado, a dinâmica de mobilidade intergeracional parece mais marcada por recursos socioeconômicos do que por distinções de status tal como operacionalizado aqui. De fato, a hierarquia de mobilidade intergeracional tem correlação maior com ISEI (0,91) e com anos de escolaridade (0,94) do que com nossa escala de status. Ou seja, ao que parece a mobilidade social está muito mais ligada à capacidade de transmissão de vantagens e desvantagens materiais do que a uma hierarquia de status tal como definida aqui.

2.6 Conclusão

Neste capítulo, detalhou-se a identificação de uma dimensão hierárquica de status ocupacional a partir de dados de interação social, através do escalonamento multidimensional

e de modelos log-lineares. Mostrou-se que, ainda que os resultados não se ajustem satisfatoriamente aos dados, ambas as técnicas produzem duas dimensões que podem ser substantivamente interpretadas. Confirmando a hipótese principal, a primeira delas representa uma hierarquia de status ocupacional, e passou-se a utilizar seus escores – estimados por um modelo log-linear do tipo RC(M) – como uma escala de status. A segunda expressa, como resultado da segregação por gênero das ocupações e das amizades próximas, a composição de gênero dos grupos ocupacionais. De forma semelhante aos resultados de Chan e Goldthorpe (2004), a gradação entre ocupações manuais e não manuais parece ser o fator decisivo na distribuição dos grupos ocupacionais ao longo da escala de status. Isso fica mais claro quando contrastamos a escala com outras hierarquias ocupacionais, especialmente o ISEI. É possível, entretanto, que essa característica apenas reflita as desigualdades educacionais entre os grupos, que, como visto, estão altamente correlacionadas com a escala de status. A associação do status com a renda é menor do que com a educação; e, quando controlamos por essas duas variáveis, a cor da pele, tanto no nível individual quanto no agregado, tem pouco ou nenhum efeito na determinação do status. Outro resultado importante é que a escala de status é marcadamente similar a outras hierarquias ocupacionais. Entretanto, acredito que elas não podem ser completamente igualadas e que o padrão da associação, sobretudo se atentarmos para casos que não se ajustam bem em uma regressão linear, é compatível com as interpretações usualmente atribuídas a cada tipo de escala.

3 FRONTEIRAS, HIERARQUIAS E PERCEPÇÕES

3.1 Introdução

Como já foi exposto, classe e status podem ser vistos, na esteira da definição clássica de Weber, como duas formas analiticamente distintas de estratificação social, cuja relação empírica pode tomar muitas formas. O primeiro objetivo deste capítulo é, lançando mão da escala de status que foi construída s no capítulo anterior e de um esquema de classes representativo da perspectiva neoweberiana, descrever em linhas gerais como está constituída essa relação no Brasil contemporâneo. A fim de esclarecer as diferenças na associação das classes com diferentes tipos hierarquias ocupacionais, também avalio, de forma comparativa, a relação das categorias de classe com o ISEI. O segundo objetivo do capítulo é oferecer duas breves análises ilustrativas da utilização dos indicadores de classe e status como variáveis explicativas no contexto da regressão. Nesse sentido, avalio como classe e status se articulam na determinação da percepção de posição social e na experiência de discriminação.

3.2 Estrutura de classes e status

O debate sobre a definição de classes sociais, mesmo se restrito às abordagens com foco na pesquisa empírica, é extenso e desde as ideias clássicas de Marx e Weber, brevemente resumidas no primeiro capítulo, conta com intervenções das mais diferentes correntes sociológicas. Não há por que retomá-lo aqui. Como se tem insistido ao longo do trabalho, para a compreensão da estrutura das desigualdades, tão importantes quanto as posições teóricas e a discussão conceitual são instrumentos analíticos bem construídos e adequados aos objetivos da pesquisa. Este é o caso do esquema de classe EGP, ou de Goldthorpe, que será utilizado neste capítulo.

Em primeiro lugar, como explicado anteriormente, o esquema EGP foi concebido para representar posições na estrutura econômica, mais especificamente no mercado de trabalho, relativamente homogêneas no que tange às relações de emprego. Daí a distinção decisiva entre o contrato de trabalho (*labour contract*) e a relação de serviço (*service relationship*) – que Goldthorpe (2000) detalhou tendo como referência a literatura sobre custos de transação –, dois tipos de regulação do trabalho que implicam diferentes requisitos e recompensas ocupa-

⁴⁸ Introduções interessantes às principais perspectivas contemporâneas da análise de classes foram reunidas em Wright (2005).

cionais de curto e longo prazo e, portanto, influenciam as oportunidades econômicas dos indivíduos. Dessa forma, o esquema EGP reflete bem a perspectiva de análise de classes neoweberiana, a mesma que subjaz à interpretação da hierarquia ocupacional estimada no segundo capítulo como uma dimensão de status. Em segundo lugar, a ampla utilização do esquema EGP em pesquisas de estratificação social nas últimas décadas permitiu o acúmulo de evidências robustas sobre sua validade, demonstrando que as distinções adotadas no esquema – ainda que possam adaptadas para melhor refletir, por exemplo, especificidades nacionais – são de fato empiricamente relevantes para a compreensão de um grande número de temas relacionados à estratificação social (Evans, 1992; Evans e Mills, 2000; Goldthorpe e McKnight, 2004; Chan e Goldthorpe, 2007; para o Brasil ver, por exemplo, Ribeiro, 2007).

A Tabela 6 apresenta o esquema EGP em sua versão de 11 classes, sua distribuição percentual e algumas estatísticas descritivas, incluindo os escores médios em nossa escala de status. Note-se que praticamente um quarto das pessoas entre 25 e 64 anos ocupadas no Brasil em 2008 estava concentrado em uma única classe, a dos trabalhadores manuais não qualificados (VIIa). Foge ao escopo deste trabalho uma análise detalhada dessa estrutura no que tange à sua evolução temporal e sua relação com os processos de mobilidade social e com as transformações econômicas do país, temas fundamentais da análise de classes. Nosso interesse principal é verificar como essas categorias estão relacionadas com outras dimensões da estratificação, sobretudo com nossa escala de status. A hierarquização das classes EGP sob diferentes critérios é uma questão interessante, e relevante, por exemplo, em sua utilização na investigação dos padrões de mobilidade social.⁴⁹ Como se pode depreender da explicação sumária que oferecida acima e Goldthorpe e seus colaboradores fazem questão de enfatizar, o esquema EGP propõe-se a diferenciar posições de classe principalmente a partir de distinções categóricas que não estão necessariamente hierarquizadas (ver Erikson e Goldthorpe, 1992a, 1992b; Chan e Goldthorpe, 2004). Em outras palavras, não há uma hierarquia única intrínseca ao esquema, já que algumas classes podem estar em posição vantajosa sob um aspecto (por exemplo, renda) e desvantajosa sob outro (estabilidade, perspectivas de carreira, etc.).

⁴⁹ Um debate instrutivo sobre a dimensão hierárquica do esquema EGP e do "*core model of social fluidity*" de Erikson e Goldthorpe (1992a) foi travado entre Hout e Hauser (1992) e Erikson e Goldthorpe (1992b).

Tabela 6 – Distribuição das classes EGP e estatísticas descritivas Homens e mulheres, 25 a 64 anos – Brasil, 2008 (N=5665)

	Classes EGP	%	Anos de escolaridade	Renda do tra- balho	% pretos e pardos	Status (1-100)	ISEI	SIOPS
I	Profissionais e administradores, nível alto	6,88	13,2	2629,2	37,4	84,4	64,7	59,7
II	Profissionais e administradores, nível baixo	9,55	10,9	1598,9	43,1	68,7	52,0	48,0
IIIa	Não manual de rotina, nível alto	11,37	10,4	1155,0	47,8	66,2	38,8	38,6
IIIb	Não manual de rotina, nível baixo (serviços e vendas)	5,81	9,1	672,4	56,2	60,8	38,7	29,9
IVa	Pequenos proprietários com em- pregados	8,68	7,8	1058,6	49,4	50,4	42,6	39,1
IVb	Conta própria e peq. proprietários sem empregados	16,43	6,0	443,0	54,4	35,5	26,4	28,5
V	Técnicos e supervisores do traba- lho manual	1,89	8,4	1443,6	51,4	31,4	32,2	35,4
VI	Trabalhadores manuais qualificados	6,16	7,4	1144,7	54,4	34,0	32,2	35,2
VIIa	Trabalhadores manuais não qualificados	24,17	6,4	729,4	58,5	34,5	24,1	24,5
VIIb	Trabalhadores rurais	1,69	3,8	471,8	63,6	29,8	23,3	38,5
IVc	Conta própria e peq. proprietários rurais	7,36	3,8	1455,2	51,8	29,9	23,2	39,1

Nesse sentido, os dados da Tabela 6 evidenciam que as classes estão significativamente hierarquizadas em todas as três escalas de status ocupacional, além de, é claro, em termos de educação, renda e composição racial. A classe I, dos profissionais e administradores de nível alto, aparece destacada das demais em todos os indicadores, incluindo uma relevante sub-representação da população negra. Os valores médios, entretanto, podem esconder considerável heterogeneidade nas classes. Como já se discutiu, as categorias de classe representam posições econômicas relativamente amplas definidas, basicamente, por relações no mercado de trabalho, e podem agregar ocupações muito diferentes em termos dos indicadores apresentados. Para abordar essa questão no que diz respeito à principal variável de interesse, o Gráfico 7 (um *boxplot*) mostra a distribuição do status para cada uma das onze classes EGP.

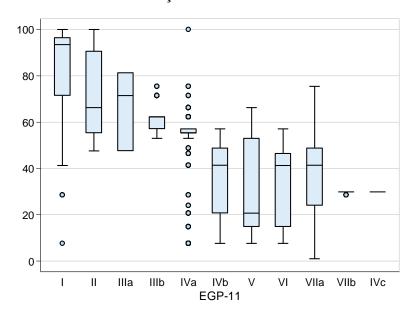


Gráfico 7 – Distribuição do status entre classes EGP

É possível observar que pelo menos três (IIIb, VIIb e IVc) das onze classes são bastante homogêneas em termos de status. Isso se deve primariamente ao fato de que elas incluem poucos dos grupos ocupacionais utilizados para a produção da escala de status. De fato, as classes rurais (VIIb e IVc) na prática equivalem ao grupo de trabalhadores e produtores da agropecuária, pesca, caça e florestais (AGR), com exceção de cinco casos do grupo de motoristas e operadores de máquinas móveis na classe VIIb. Os trabalhadores não manuais de rotina nos serviços e vendas (IIIb), por sua vez, abrangem apenas cinco dos grupos ocupacionais da escala de status. A classe de pequenos proprietários empregadores (IVa) tem uma distribuição bastante concentrada — mais de 40% dos seus membros são do grupo de gerentes (GER), sobretudo comerciantes varejistas —, mas não é propriamente homogênea, pois inclui ocupações localizadas ao longo de quase toda a escala de status — mesmo que apareçam no gráfico como *outliers*, os pontos abaixo e acima das barras. As outras sete classes são mais heterogêneas, com amplitudes interquartis — ou seja, o intervalo entre o primeiro e o terceiro quartil, que compreende metade dos casos — que giram em torno de 30 pontos da escala de status.

Cumpre destacar dois aspectos importantes da relação classe-status revelados pelo Gráfico 7. Em primeiro lugar, as distribuições de status de várias classes se sobrepõem significativamente, embora em menor medida ou, pelo menos, em um padrão diferente dos seis países reportados por Chan (2010b), em que as distribuições parecem obedecer a uma ordem

_

⁵⁰ Os membros desses grupos, no entanto, não estão em sua totalidade na classe IIIb.

hierárquica mais clara.⁵¹ No caso em questão, e esse é o segundo ponto a ser destacado, as classes parecem estar divididas, grosso modo, em dois grupos no tocante à distribuição do status: o primeiro inclui as classes I, II, IIIa, IIIb e IVa, concentradas na metade superior da escala de status; o segundo, na metade inferior na escala, inclui todas as outras seis classes, dos trabalhadores por conta própria e pequenos proprietários urbanos (IVb) aos seus pares na produção rural (IVc). Há extrema sobreposição de status entre as classes dentro de cada um desses grupos, mas bem menos entre os dois grupos.

No que consiste essa divisão quase dicotômica? Acredito que ela reflete, essencialmente, a importância da distinção entre trabalho manual e não manual – ou das várias gradações entre essas categorias, cuja definição não é livre de arbitrariedade - na hierarquia de status aqui estimada, como já foi discutido no capítulo anterior. Isto é, se esta interpretação está correta, a fronteira manual/não manual – uma divisão de grande importância teórica e empírica, onipresente nos estudos de estudos de estratificação ocupacional – estrutura decisivamente a relação das classes com o status. Essa explicação exige um esclarecimento sobre a classe IVb. Em conjunto com a classe IVa – como aparece na versão de sete classes do esquema EGP, a mais usada em estudos de mobilidade social – ela representa o que é tradicionalmente chamado de pequena burguesia, cujo arquétipo é o pequeno comerciante. Mas essa designação, ou pelo menos a imagem a ela associada, conquanto possa ser representativa da classe IVa, é um tanto enganadora no caso da IVb. Esta última é composta basicamente por autônomos em ocupações manuais, em sua maioria de baixa qualificação. Por exemplo, cerca de 11% dos membros dessa classe são empregadas domésticas diaristas⁵²; pouco mais de 13% são pedreiros; cabeleireiros e manicures somam quase 7% e outros 9% são costureiros na confecção em série. Portanto, em termos de composição ocupacional, a classe IVb está muito mais próxima dos trabalhadores manuais não qualificados (VIIa) que dos pequenos proprietários com empregados (IVa). Não por acaso ela tem a menor renda média e escolaridade maior apenas que as classes rurais.

Voltando às estatísticas descritivas reportadas na Tabela 6, comparemos agora como as classes se diferenciam em termos de status e de posição socioeconômica. O Gráfico 8 exibe as onze classes EGP segundo seus escores médios na nossa escala de status transformada e no ISEI. Essas duas variáveis hierarquizam as classes de maneira extremamente semelhante – a

⁵¹ A comparação com os resultados reportados por Chan (2010b) deve ser tomada com cautela, visto que eles foram obtidos com versões mais agregadas (5 a 7 classes) do esquema EGP.

⁵² Esta categoria compreende, de fato, apenas mulheres na amostra.

correlação de 0,92 é maior do que a verificada no nível dos grupos ocupacionais utilizados no capítulo anterior (vide Gráfico 4) – mas existem diferenças interessantes.

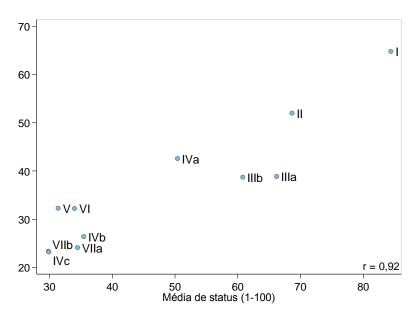


Gráfico 8 – Classes EGP versus ISEI e status

Pelo Gráfico 8 fica ainda mais evidente a fronteira que separa as classes manuais e não manuais na hierarquia de status, embora a classe I também esteja significativamente destacada no topo de ambas as escalas. As classes rurais (VIIb e IVc), a de autônomos e pequenos proprietários sem empregados (IVb) e as de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados (V, VI e VIIa) têm tanto status quanto posições socioeconômicas baixas, mas estão muito mais isolados na nossa escala de status. Especialmente ilustrativa é a comparação entre, de um lado, os técnicos e supervisores do trabalho manual (V) e trabalhadores manuais qualificados (VI) e, de outro, os trabalhadores não manuais de rotina (IIIa e IIIb). Esses grupos são bem próximos em termos de posição socioeconômica — e, pelo menos nos rendimentos, essa proximidade aumentou na década passada, de acordo com o trabalho de Scalon e Salata (2012). Os dois primeiros podem ser considerados a "elite" dos trabalhadores manuais — ou mesmo parte das classes médias, dependendo dos critérios adotados (cf. Ribeiro, 2014) —, têm conhecimento especializado e rendimentos equivalentes ou superiores aos trabalhadores não manuais de rotina. Estes últimos, considerando-se os requisitos de qualificação, rendimentos e con-

-

⁵³ Cada um desses dois pares forma uma única classe na versão de sete categorias do esquema EGP.

dições de trabalho, constituem os setores menos privilegiados da classe média não proprietária (isto é, se considerarmos as classes I e II também como classe média).

Como se observa no Gráfico 8, os trabalhadores não manuais de rotina estão significativamente mais distantes dos trabalhadores manuais na hierarquia de status/interação social do que na hierarquia socioeconômica. De fato, a distância entre, por exemplo, as classes V e VI e as classes IIIa e IIIb na escala de status é maior que entre estas e os profissionais e administradores. Em outras palavras, os trabalhadores não manuais de rotina, embora mais semelhantes à "elite" do trabalho manual na renda e no índice de status socioeconômico (mas nem tanto na educação), estão mais próximos do topo da hierarquia social em termos de oportunidades de interação social e, supõe-se, estilos de vida. É preciso frisar que essas proximidades e distâncias são definidas a partir de variáveis externas. Seria importante investigar diretamente os padrões de interação social entre as classes, mas nossos dados não permitem esse tipo de análise, visto que não há informações suficientes na PDSD para construir o esquema de classes para os amigos dos respondentes.

Em última instância, os indicadores de classe e status são formas alternativas de classificar a situação ocupacional dos indivíduos – isto é, na medida em que se equaciona, como faço aqui, o status social ao status ocupacional. Já em sua discussão seminal, Weber reconheceu que, no mundo contemporâneo, as classes tendem a ser o principal determinante do status. Uma forma simples de avaliar o quanto a hierarquia de status está associada às fronteiras de classe é conduzir uma análise de variância, computando, no nível individual, a proporção da variância da escala de status que é explicada pelas 11 categorias do esquema EGP. O valor obtido com esse cálculo é de 0,553, o que significa que as diferenças de status entre as classes correspondem a 55% da variância total da distribuição do status entre os indivíduos. Este valor é inferior o que é obtido quando repetimos o procedimento para o ISEI (66%), indicando que, pelo menos numa análise bivariada simples, as fronteiras de classe são mais relevantes para a determinação de posições socioeconômicas que de status.

Como se verifica no Gráfico 7, contudo, a distribuição do status entre as classes é significativamente marcada por uma divisão em dois grupos, que reflete aproximadamente a fronteira entre trabalho manual e não manual. Se, em vez das onze classes, for utilizada uma variável dicotômica indicando essa divisão na análise de variância, obtemos o valor de 47% da variância explicada tanto da nossa escala de status quanto do ISEI. Ou seja, 85% ((47/55) × 100) do que as classes explicam do status e 71% ((47/66) × 100) do que explicam do ISEI devem-se somente à fronteira entre o trabalho manual e não manual. Esses resultados indicam, em primeiro lugar, que a fronteira entre o trabalho manual e não manual é tão relevante

para a distinção socioeconômica das classes quanto o é para a distinção de status, ainda que ela não se traduza em uma grande diferença nos escores médios do ISEI demarcando claramente os dois grupos. Em segundo lugar, as classes de cada lado da fronteira manual/não manual são mais heterogêneas no ISEI do que na nossa escala de status – embora isso possa ser apenas um efeito do menor nível de agregação do ISEI, que foi estimado para 271 grupos ocupacionais (Ganzeboom, De Graaf e Treiman, 1992).

3.3 Análises ilustrativas

A escala de status Chan e Goldthorpe (2004) foi desenvolvida no âmbito de uma ampla pesquisa sobre os determinantes do consumo cultural, cujos principais resultados são reportados em Chan (2010a). Por isso, este tem sido o principal tema explorado pelas pesquisas recentes que, na esteira do trabalho daqueles autores, operacionalizam status através de escalas de interação social, geralmente utilizadas em conjunto com o esquema de classes EGP. De fato, o estudo dos padrões de consumo cultural, como indicadores privilegiados de estilos de vida, possibilita a investigação de hipóteses importantes derivadas da distinção weberiana entre classe e status – a mais geral delas é a de que as hierarquias de status são mais importantes que as classes na estruturação dos estilos de vida. Mas a crescente disponibilidade de escalas desse tipo para vários países tem permitido seu uso na investigação de outros temas.

Por exemplo, Torssander e Erikson (2009) utilizaram uma escala de interação social, interpretada como indicador de status, em conjunto com variáveis de renda, educação e classe em uma análise da mortalidade na Suécia e concluíram que esses fatores, ainda que altamente correlacionados, apontam para diferentes mecanismos pelos quais as desigualdades influenciam a mortalidade – e, pelo menos no caso das mulheres, o status tem efeito independente das outras variáveis. Bukodi e Goldthorpe (2012), por sua vez, investigaram os efeitos da classe, educação e status dos pais nos resultados educacionais dos filhos na Grã-Bretanha e, além de efeitos independentes, encontraram tendências divergentes para essas três variáveis ao longo do período estudado (grosso modo, relativa estabilidade dos efeitos de classe, declínio do status e aumento dos efeitos da educação). Por isso, eles enfatizam a relevância de se considerar mais de uma variável na mensuração das origens sociais.

Análises sistemáticas incluindo o status como variável explicativa – principalmente em conjunto com classe – não só são importantes para validar a escala construída neste trabalho, como também podem contribuir para ampliar compreensão de vários temas de estratificação social. Esta é, afinal, a principal vantagem de uma escala de status que pode ser combina-

da com variáveis de classe, educação e renda de forma teoricamente significativa — o que não é o caso dos índices socioeconômicos, por exemplo. Este trabalho dedicou-se, até agora, a descrever como a escala de status está associada a essas outras variáveis. Nas duas breves análises que seguem, que têm caráter meramente ilustrativo, todos esses indicadores são utilizados como variáveis independentes. As questões investigadas, ainda utilizando os dados da PDSD, têm dois pontos em comum: ambas representam percepções e remetem-se de alguma forma às relações de deferência, ou de inferioridade e superioridade social, que caracterizam as hierarquias de status ou de prestígio (Shils, 1968; Goldthorpe e Hope, 1972; Treiman, 1977; Chan e Goldthorpe, 2004).

3.3.1 Posição social percebida

A PDSD coletou uma série de informações que possibilitam localizar "objetivamente" os respondentes na estrutura social, definida de diversas formas, mas também incluiu uma pergunta que nos permite avaliar como os brasileiros percebem seu lugar em uma representação simplificada dessa estrutura. Os chefes dos domicílios foram solicitados a indicar, em uma escala de 1 a 10, em que posição social consideravam estar.⁵⁴ Note-se que a própria formulação da pergunta, que fala em "posição alta" e "posição baixa", e a escala fornecida sugerem a imagem de uma ordem hierárquica, mais próxima, portanto, das relações de inferioridade e superioridade subjacentes à dimensão de status. É previsível, então, que a posição social percebida pelos entrevistados esteja positivamente associada com o status ocupacional. Uma inspeção sumária das médias de status por posição percebida, exibidas no Gráfico 9, confirma essa expectativa, mas também indica que a relação não é linear. De fato, a média de status diminui a partir da posição 8, e chega na posição 10 a um nível equivalente ao da 5.

-

⁵⁴ A pergunta exata é: "No Brasil hoje, algumas pessoas são consideradas como tendo uma 'posição alta' e outras são consideradas como tendo uma 'posição baixa' na sociedade. Pensando em você mesmo, como você se colocaria numa escala de notas, em que 1 significa a nota para 'posição mais baixa" e 10 a nota para 'posição mais alta'?"

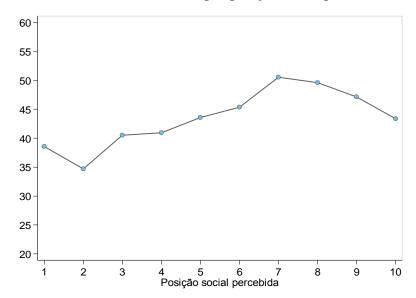


Gráfico 9 – Médias de status por posição social percebida

Partindo para as análises multivariadas, a Tabela 7 apresenta os resultados de três modelos de regressão linear tendo a posição social percebida como variável dependente. O primeiro inclui apenas indicadores demográficos e socioeconômicos básicos, como sexo, cor, idade, escolaridade e renda. O segundo modelo inclui a escala de status entre as variáveis independentes e o terceiro inclui as classes EGP. Cabe notar que o poder explicativo dos modelos, medido pelo R², é bem pequeno: nenhuma das três especificações chega a explicar mais que 10% da variação na posição social percebida. Ainda assim, a análise dos coeficientes é instrutiva. Os resultados do Modelo 1 indicam que a renda, o sexo masculino, a residência em área urbana e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm efeitos significativos e, com exceção da região Centro-Oeste, positivos na percepção de posição social. Por exemplo, o valor predito da posição social percebida para um morador de área urbana é cerca de meio ponto maior do que um morador da zona rural com características idênticas.

O Modelo 2 indica que escala de status ocupacional tem efeito significativo e, como esperado, positivo na posição social percebida. Esse é um resultado importante, visto que indica que o status pode influenciar a percepção de posição social mesmo quando levamos em conta indicadores mais básicos como educação e renda. Entretanto, o efeito do status é relativamente pequeno: cada ponto da escala que varia entre 1 e 100 aumenta em apenas 0,004 a posição percebida. Por exemplo, a diferença de status entre um escriturário (75,5) e um trabalhador doméstico (48,8) equivale a 0,1 ponto na posição social percebida. Entre o mínimo (trabalhadores elementares na construção, indústria, mineração e transporte) e o máximo da escala (Dirigentes de empresas, organizações e do poder público) a diferença na posição per-

cebida chega a 0,4 pontos, um efeito pouco maior do que morar na região Norte em vez do Sudeste.

Tabela 7 – Regressão linear para posição social percebida Homens e mulheres, 25 a 64 anos – Brasil, 2008

	Modelo 1		Mode	lo 2	Modelo 3		
Anos de estudo	0,017	(0,012)	0,007	(0,013)	0,002	(0,013)	
Log da renda dom. per capita	0,449***	(0,048)	0,432***	(0,049)	0,406***	(0,049)	
Idade	-0,002	(0,031)	-0,001	(0,031)	-0,005	(0,031)	
Idade ²	-0,000	(0,000)	-0,000	(0,000)	0,000	(0,000)	
Cor: Branca (ref: Parda)	-0,036	(0.088)	-0,037	(0,088)	-0,029	(0,088)	
Cor: Preta	-0,038	(0,124)	-0,035	(0,124)	-0,032	(0,124)	
Sexo: Homem	0,165*	(0,091)	0,229**	(0,093)	0,138	(0,094)	
Setor: urbano	0,514***	(0,120)	0,527***	(0,120)	0,522***	(0,141)	
Região (ref: Sudeste)							
Norte	0,329**	(0,130)	0,319**	(0,130)	0,332**	(0,129)	
Nordeste	0,514***	(0,107)	0,493***	(0,108)	0,489***	(0,107)	
Sul	-0,045	(0,099)	-0,036	(0,099)	-0,026	(0,099)	
Centro-Oeste	-0,546***	(0,139)	-0,540***	(0,139)	-0,531***	(0,138)	
Status (1-100)			0,004**	(0,002)	0,002	(0,002)	
Classe EGP (ref,: I):							
П					-0,374**	(0,172)	
IIIa					-0,232	(0,167)	
IIIb					-0,767***	(0,220)	
IVa					-0,240	(0,192)	
IVb					-0,727***	(0,214)	
V					0,025	(0,293)	
VI					-0,269	(0,223)	
VIIa					-0,383**	(0,194)	
VIIb					-0,217	(0,370)	
IVc					-0,481*	(0,249)	
Constante	2,166***	(0,703)	2,091***	(0,704)	2,930***	(0,763)	
N	3,463		3,463		3,463		
R ²	0,085		0,087		0,097		

Erros padrão em parênteses, *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

Com a inclusão das classes sociais, no Modelo 3, o efeito do status cai pela metade e deixa de ser estatisticamente significativo. Quatro das dez classes presentes no modelo têm efeitos significativos ao nível de 95% de confiança, todos negativos, o que se justifica pelo fato de que a categoria de referência é a classe I, altamente privilegiada em virtualmente todos

os indicadores. A maior diferença é dos trabalhadores não manuais de rotina de nível baixo (IIIb): mantidas as outras variáveis constantes, eles reportam, em média, uma posição percebida 0,8 pontos mais baixa que os profissionais e administradores de nível alto (I). Como se demonstrou na seção 3.2, a classe IIIb está relativamente próxima do topo da hierarquia de status, mas tem média de escolaridade pouco maior que a dos supervisores do trabalho manual e renda inferior a todas as três categorias de trabalhadores manuais urbanos.

3.3.2 Experiência de discriminação

A PDSD também incluiu uma seção com perguntas sobre experiência de discriminação, novamente respondidas apenas pelos chefes dos domicílios. O primeiro bloco questionava a frequência com que o respondente sentia que:

- 1. "... é tratado(a) com menos gentileza do que outras pessoas";
- 2. "... é tratado(a) com menos respeito do que outras pessoas";
- 3. "... não é tão bem atendido(a) em lojas e restaurantes como outras pessoas";
- 4. "... as pessoas agem como se tivessem medo de você";
- 5. "... as pessoas agem como se você fosse desonesto";
- 6. "... as pessoas agem como se elas fossem melhores que você";
- 7. "... os porteiros de edifícios o(a) tratam de maneira suspeita";
- 8. "... é vigiado(a) ou seguido(a) em lojas" e
- 9. "... é tratado (a) com menos respeito pela polícia".

A respostas possíveis eram: "sempre", "quase sempre", "às vezes", "quase nunca" e "nunca". Os itens foram, então, combinados em um Índice Geral de Discriminação Percebida (IGDP), um indicador sintético que nos permite analisar os determinantes da experiência de discriminação. Para a construção do IGDP, as respostas foram recodificadas com valores de 0 ("Nunca") a 4 ("Sempre"). O índice é simplesmente o somatório desses valores para as nove perguntas e varia de 0, quando o entrevistado respondeu "Nunca" a todas as perguntas, a 36, quando todas as respostas foram "Sempre". Valores maiores representam, portanto, maior

⁵⁵ O IGDP foi construído por Carlos Antonio Costa Ribeiro. O questionário da PDSD também incluiu, na mesma seção, blocos de perguntas sobre situações específicas ao ambiente de trabalho e sobre discriminação racial.

percepção de discriminação. O alpha de Cronbach, uma medida de consistência interna, obtido para o índice é de 0,92, o que indica alta confiabilidade.⁵⁶

Tabela 8 – Regressão linear para índice de discriminação percebida Homens e mulheres, 25 a 64 anos – Brasil, 2008

	Modelo 1		Mode	lo 2	Modelo 3		
Anos de estudo	-0,070	(0,043)	-0,033	(0,046)	-0,033	(0,047)	
Log da renda dom. per capita	-0,825***	(0,177)	-0,764***	(0,180)	-0,792***	(0,182)	
Idade	0,180	(0,123)	0,177	(0,123)	0,177	(0,123)	
Idade ²	-0,002*	(0,001)	-0,002*	(0,001)	-0,002	(0,001)	
Cor: Branca (ref: Parda)	-1,351***	(0,351)	-1,344***	(0,350)	-1,326***	(0,349)	
Cor: Preta	1,729***	(0,554)	1,719***	(0,554)	1,703***	(0,553)	
Sexo: Homem	0,463	(0,326)	0,226	(0,337)	0,277	(0,353)	
Setor: urbano	3,077***	(0,403)	3,029***	(0,403)	2,299***	(0,529)	
Região (ref: Sudeste)							
Norte	-0,933	(0,617)	-0,889	(0,614)	-0,827	(0,616)	
Nordeste	-1,135***	(0,392)	-1,053***	(0,392)	-0,969**	(0,393)	
Sul	0,217	(0,400)	0,185	(0,400)	0,208	(0,400)	
Centro-Oeste	0,882	(0,568)	0,857	(0,563)	0,900	(0,567)	
Status (1-100)			-0,016**	(0,008)	-0,012	(0,011)	
Classe EGP (ref: I):							
II					0,202	(0,587)	
IIIa					-0,380	(0,645)	
IIIb					1,771**	(0,856)	
IVa					0,366	(0,735)	
IVb					0,094	(0,797)	
V					2,057*	(1,062)	
VI					1,130	(0,894)	
VIIa					0,572	(0,751)	
VIIb					-0,283	(1,178)	
IVc					-1,080	(0,972)	
Constante	5,597**	(2,822)	5,861**	(2,818)	5,876	(3,095)	
N	3,409		3,409		3,409		
R ²	0,058		0,060		0,067		

Erros padrão em parênteses, *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

⁵⁶ A análise fatorial incluindo os nove itens produz resultados equivalentes ao método descrito acima: a correlação é de 0,998 entre o primeiro fator e o índice obtido pela soma dos escores de cada pergunta.

-

Em um contexto bivariado, a associação da percepção de discriminação com status e classe é muito fraca: no primeiro caso, a correlação é baixa (r = -0,098), embora tenha a direção esperada; no segundo, as classes explicam apenas 2% da variância do índice. Os resultados de dois modelos de regressão linear tendo o índice de percepção de discriminação como variável dependente são apresentados na Tabela 8. As variáveis independentes são as mesmas dos modelos da Tabela 7. Novamente, o status tem um efeito pequeno e que deixa de ser estatisticamente significativo com a inclusão das classes sociais no Modelo 3. A direção do efeito é a esperada e já indicada pela correlação: quanto maior o status, menor a percepção de discriminação. Com base no coeficiente do Modelo 2 e mantidas as outras variáveis constantes, a diferença no índice de discriminação percebida entre indivíduos situados nos extremos opostos da distribuição de status seria de apenas 1,6 pontos.

Dentre as outras variáveis com efeito significativo, o aumento da renda e a residência no Nordeste tendem a diminuir a percepção de discriminação, enquanto a residência em área urbana a aumenta. Cumpre destacar a relevância da cor nessa questão: tanto pardos quanto pretos tendem a reportar maiores níveis de discriminação do que brancos, com efeitos significativos em ambos os modelos. O impacto é maior para os pretos, que, tudo o mais constante, marcam 3 pontos a mais no índice. Em outras palavras, a diferença prevista entre pretos e brancos na experiência de discriminação é quase o dobro daquela entre o topo e a base da hierarquia de status ocupacional estimada no capítulo anterior.

No que tange às classes, elas parecem ter menos importância na percepção de discriminação do que na percepção de posição social. Apenas as classes IIIb e V têm diferenças estatisticamente significativas em relação à classe I. É interessante notar que essas duas classes têm em comum o fato de apresentarem relevante incongruência entre a renda (e, em menor medida, a educação) e o escore alcançado na escala de status, ainda que em direções inversas. É plausível imaginar que, como seus recursos econômicos não correspondem, em média, às posições de status que emergem de seus padrões de relações sociais⁵⁷, os membros dessas classes tendem a se encontrar mais frequentemente em situações de "inconsistência de status" (Lenski, 1954) que potencializem a percepção de discriminação.

-

⁵⁷ Ressaltando, novamente, que estamos falando de escores médios em uma variável externa, e não da estrutura das amizades verificada diretamente no nível das classes.

3.4 Conclusão

Neste capítulo, a escala de status estimada a partir da estrutura ocupacional das amizades e o chamado esquema de classes EGP, ou de Goldthorpe, foram utilizados para descrever como essas duas dimensões estão empiricamente articuladas no Brasil. Em termos de status, há considerável heterogeneidade interna na maioria das classes e sobreposição entre elas. Além disso, as categorias do esquema EGP explicam pouco mais da metade da variação da nossa escala de status, menos que do ISEI. Esses resultados apoiam a posição de que há uma diferença qualitativa entre as dimensões de classe e status. Um ponto de extrema importância é que a relação classe-status está organizada principalmente pela fronteira entre trabalho manual e não manual. Por outro lado, nas duas análises em que utilizamos em conjunto os indicadores de classe e status como variáveis explicativas, o status não demonstrou efeito independente, mesmo que, teoricamente, ele fosse mais relevante do que as classes para as questões investigadas (cabe notar, entretanto, que a escala tem efeitos independentes de renda e educação). Esse fato talvez seja explicado pelo número relativamente baixo – isto é, para uma variável contínua – de valores únicos da escala de status, mas, de qualquer forma, coloca em questão a relevância dessa escala como variável explicativa ou mesmo, de forma mais geral, a distinção entre os efeitos de classe e status.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida a clássica distinção weberiana entre classe e status, busquei, neste trabalho, oferecer elementos empíricos para a diferenciação entre essas duas dimensões da estratificação social no Brasil. Ao longo do texto, atentou-se para as questões de operacionalização de ambos os conceitos, mas o foco recaiu sobre o status e as diferentes formas de hierarquizar ocupações. Nesse sentido, o principal exercício empírico do trabalho foi a construção de uma escala de status baseada na distribuição ocupacional das amizades no Brasil, proposta como um indicador adequado do conceito de status de inspiração weberiana.

A posição dos grupos ocupacionais na escala de status estimada parece estar associada principalmente ao caráter mais ou menos manual das atividades que eles compreendem — um padrão similar ao descrito para a Grã-Bretanha por Chan e Goldthorpe (2004), que também identificaram a composição de gênero das ocupações como segundo fator principal na estrutura das amizades. Como não há um indicador externo de "manualidade" das ocupações, essa associação não pode ser diretamente mensurada, mas pode ser verificada pelos títulos ocupacionais que compõem os 26 grupos utilizados na análise e também é indicada pela comparação com outras escalas de status. Entre variáveis socioeconômicas básicas, a associação da escala é mais forte com a escolaridade, o que sugere que os recursos educacionais são decisivos na constituição dos padrões de interação social, que por sua vez expressam, para além de diferentes oportunidades de contato, relações de inferioridade e superioridade.

É importante enfatizar que existem outras possibilidades de interpretação da hierarquia estimada no segundo capítulo, que se relacionam com diferentes programas de pesquisa e perspectivas teóricas sobre as desigualdades. Como exposto no primeiro capítulo, os pesquisadores responsáveis pelas escalas CAMSIS, também construídas sob a abordagem da interação social, preferem interpretá-las como uma representação sintética de vários tipos de vantagens e desvantagens materiais e simbólicas, recusando expressamente o paradigma de classe e status (Bottero e Prandy, 2003; Prandy e Lambert, 2003). Dessa forma, ao tratar a hierarquia aqui estimada como uma escala de status subscrevo ao referencial teórico do que veio a ser conhecido como análise de classes neoweberiana, representada principalmente pelos trabalhos de John Goldthorpe e colaboradores. O tratamento adequado do status, retomando a discussão original de Weber, tem sido uma das estratégias defendidas pelo próprio Goldthorpe para a complementação e renovação da análise de classes (Goldthorpe, 2007, cap. 6 [ver especialmente. n. 26], 2012).

A comparação com outras hierarquias ocupacionais demonstrou que os diversos tipos de escala capturam um gradiente muito semelhante. Esse fato inclusive deixa margem para que se questione – como nas principais críticas às escalas de prestígio – se a escala estimada não é apenas uma representação um tanto distorcida e menos confiável de uma hierarquia socioeconômica mais "básica". De fato, a própria existência de uma dimensão independente de status (ou, pelo menos, de efeitos mensuráveis dessa dimensão) em um país com profundas e duradouras desigualdades de renda e educação pode ser questionada. Entretanto, algumas razões justificam a interpretação esboçada ao longo do texto: em primeiro lugar, a própria limitação da noção de status socioeconômico, que implica dificuldades quando se trata de investigar e comparar diferentes determinantes dos processos de estratificação social. Logo, e esse é o segundo ponto, medida sintéticas como os índices de status socioeconômico são convenientes para fins descritivos, mas podem obscurecer diferentes mecanismos atuando na produção e reprodução das desigualdades - esse argumento também é destacado por Chan e Goldthorpe (2010) e são relevantes, nesse sentido, as evidências sobre consumo cultural (Chan, 2010a), mortalidade (Torssander e Erikson, 2009) e efeitos das origens sociais no alcance educacional (Bukodi e Goldthorpe, 2012). Além disso, os padrões de dispersão dos grupos ocupacionais nos cruzamentos entre a escala de status aqui estimada e o ISEI, a SIOPS e a hierarquia de mobilidade intergeracional oferecem indícios de que, embora altamente correlacionadas, essas escalas lançam luz sobre diferentes aspectos da estrutura social.

Acredito que o principal mérito da escala de status estimada diretamente a partir dos padrões de interação social é tornar significativa o uso de status em conjunto com outros indicadores, como educação, renda e classe, visto que ela não depende dessas variáveis para sua construção nem pretende sintetizá-las. Algumas de suas maiores limitações, por outro lado, também estão relacionadas com os dados utilizados em sua construção. Se nos restringirmos às relações de amizade, depende-se de dados raramente disponíveis – a PDSD é a única pesquisa de abrangência nacional que contém esse tipo de informação. Isso impede, por exemplo, uma análise de tendências da hierarquia dos grupos ocupacionais. Uma alternativa que merece ser explorada – e que permitiria também maior nível de detalhamento – são os dados de casamento, disponíveis nas PNADs e Censos. A vasta literatura sobre seletividade marital, ainda que não se referindo diretamente ao debate sobre classe e status, sublinha os padrões de casamento justamente como um indicador de distância entre grupos sociais (ver Kalmijn, 1998; Schwartz, 2013)

No que tange à relação do status com a classes sociais, dois pontos são de maior relevância. Em primeiro lugar, os resultados obtidos no capítulo 3 demonstram que os indicadores

dessas duas dimensões não parecem capturar os mesmos aspectos da estrutura das desigualdades. Ou seja, há bastante variação de status dentro das classes e também sobreposição entre
as classes, de modo que as diferenças não se devem apenas ao tipo de mensuração (contínua
versus categórica). Dessa forma, não é possível reduzir status a classe, ou vice-versa, sem
perder distinções que podem ser relevantes dependendo da análise. O outro ponto é que a relação classe—status é fortemente marcada pela fronteira entre trabalho manual e não manual.
De fato, a maior parte da variação do status entre as classes é explicada por essa fronteira. Por
outro lado, a ausência de efeito independente do status quando da inclusão das classes nas
análises de regressão também recomenda cautela na avaliação da importância relativa dessas
duas variáveis.

Além disso, viu-se que a escala de status, em conjunto com outros indicadores, pode revelar aspectos interessantes da estrutura de classes, como a "cristalização" ou "inconsistência" (Lenski, 1954; Grusky, 2001) entre diversos tipos de vantagens e desvantagens no nível das classes. Demonstrou-se, por exemplo, que os trabalhadores não manuais de rotina (principalmente de nível baixo) têm status consideravelmente superior ao previsto por seus recursos econômicos e educacionais.

O valor analítico da escala de status depende da sua capacidade de iluminar processos e mecanismos relevantes para a estratificação social. São necessários, portanto, mais esforços de validação da escala aqui estimada, assim como análises aprofundem nossa compreensão da sua associação com educação, renda e indicadores sintéticos de posição socioeconômica e, sobretudo, da articulação entre classe e status na produção e reprodução de diferentes formas de desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. The antinomies of classical thought: Marx and Durkheim (Theoretical Logic in Sociology, Vol. 2). Berkeley: University of California Press, 1982.
- BESSUDNOV, Alexey. An Occupational Status Scale for Russia. *Sociology Working Papers* (2009-02), Department of Sociology, University of Oxford. 2009.
- BLAU, Peter M.; DUNCAN, Otis D. *The American Occupational Structure*. New York: Wiley, 1967.
- BOTTERO, Wendy; PRANDY, Kenneth. Social interaction distance and stratification. *The British Journal of Sociology*, v. 54, n. 2, pp. 177–97, jun. 2003.
- BOUCHET-VALAT, Milan. *logmult: Log-Multiplicative Models, Including Association Models.* R package, versão 0.6, 2014. Disponível em: http://cran.r-project.org/package=logmult
- BOURDIEU, Pierre. What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 32, pp. 1–17, 1 jan. 1987.
- _____. A Economia das Trocas Simbólicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.
- BREEN, Richard. Foundations of a neo-Weberian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). . *Approaches to Class Analysis*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005. .
- BUKODI, Erzsebet; DEX, Shirley; GOLDTHORPE, John H. The conceptualisation and measurement of occupational hierarchies: A review, a proposal and some illustrative analyses. *Quality and Quantity*, v. 45, pp. 623–639, 2011.
- BUKODI, Erzsebet; GOLDTHORPE, John H. Decomposing "Social Origins": The Effects of Parents' Class, Status, and Education on the Educational Attainment of Their Children. *European Sociological Review*, v. 29, n. 5, pp. 1024–1039, 16 out. 2012.
- CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CHAN, Tak Wing (ED.). *Social Status and Cultural Consumption*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010a.
- ______. The social status scale: its construction and properties. *In*: CHAN, T. W. (Ed.). . *Social Status and Cultural Consumption*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010b. .
- CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John H. Is There a Status Order in Contemporary British Society?: Evidence from the Occupational Structure of Friendship. *European Sociological Review*, v. 20, n. 5, pp. 383–401, 1 dez. 2004.
- _____. Class and Status: The Conceptual Distinction and Its Empirical Relevance. American Sociological Review, v. 72, n. 4, pp. 512–532, 2007.
- ______. Social Status and Cultural Consumption. *In*: CHAN, T. W. (Ed.). . *Social Status and Cultural Consumption*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. .
- COX, Trevor F.; COX, Michael A. A. *Multidimensional Scaling*. 2. ed. Boca Raton: CHAPMAN & HALL/CRC Boca, 2001.

- CROMPTON, Rosemary; SCOTT, John. Introduction: the state of class analysis. *The Sociological Review*, v. 47, n. S2, pp. 1–15, 9 out. 1999.
- DEVINE, Fiona; SAVAGE, Mike. Conclusion: renewing class analysis. *The Sociological Review*, v. 47, n. S2, pp. 184–199, 9 out. 1999.
- DUNCAN, Otis D. A Socioeconomic Index for All Occupations. *In*: REISS, A. J. (Ed.). . *Occupations and social status*. New York: Free Press, 1961a. .
- _____. Properties and Characteristics of the Socioeconomic Index. *In*: REISS, A. J. (Ed.). . *Occupations and social status*. New York: Free Press, 1961b. .
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press, 1992a.
- _____. The CASMIN Project and the American Dream. *European Sociological Review*, v. 8, n. 3, pp. 283–305, 1992b.
- EVANS, Geoffrey. Testing the Validity of the Goldthorpe Class Schema. *European Sociological Review*, v. 8, n. 3, pp. 211–232, 1992.
- EVANS, Geoffrey; MILLS, Colin. In search of the wage-labour/service contract: new evidence on the validity of the Goldthorpe class schema. *The British journal of sociology*, v. 51, n. 4, pp. 641–661, 2000.
- FEATHERMAN, D. L.; HAUSER, R. M. Prestige or Socioeconomic Scales in the Study of Occupational Achievement? *Sociological Methods & Research*, v. 4, n. 4, pp. 403–422, 1 maio. 1976.
- FERNANDES, Danielle Cireno; NEVES, Jorge Alexandre. Urban Bias in Development and Educational Attainment in Brazil. *The Journal of Developing Areas*, v. 43, n. 2, pp. 271–288, 2010.
- GANZEBOOM, Harry B. G.; DE GRAAF, Paul M.; TREIMAN, Donald J. A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status. *Social Science Research*, v. 21, n. 1, pp. 1–56, 1992.
- GANZEBOOM, Harry B. G.; TREIMAN, Donald J. Internationally Comparable Measures of Occupational Status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. *Social Science Research*, v. 25, n. 3, pp. 201–239, set. 1996.
- GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GOLDTHORPE, John H. Social Class and the Differentiation of Employment Contracts. *In: On Sociology: Numbers, Narratives and the Integration of Research and Theory.* Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ______. *On Sociology, Volume II: Illustration and Retrospect*. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- _____. Two oppositions in studies of class: a reflection. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Eds.). . *Social Class: How Does It Work?* New York: Russel Sage Foundation, 2008. .
- ______. Back to Class and Status: Or Why a Sociological View of Social Inequality Should Be Reasserted. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, pp. 201–215, 12 jan. 2012.
- GOLDTHORPE, John H.; HOPE, Keith. Occupational grading and occupational prestige. *Social Science Information*, v. 11, n. 5, pp. 17–73, 1 out. 1972.

- GOLDTHORPE, John H.; MARSHALL, Gordon. The Promising Future of Class Analysis: A Response to Recent Critiques. *Sociology*, v. 26, n. 3, pp. 381–400, 1992.
- GOLDTHORPE, John H.; MCKNIGHT, Abigail. The Economic Basis of Social Class. *CASE Papers*, n. 80, 2004.
- GOODMAN, Leo A. Simple Models for the Analysis of Association in Cross-Classifications having Ordered Categories. *Journal of the American Statistical Association*, v. 74, n. 367, pp. 537–552, 1 set. 1979.
- GRUSKY, David B. The past, present and future of social inequality. *In*: GRUSKY, D. B. (Ed.). . *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001. .
- GUEDES, Moema De Castro; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário Brasileiro. *Revista Gênero*, v. 12, n. 1, pp. 61–79, 2011.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- HAUSER, Robert M.; WARREN, John Robert. Socioeconomic Indexes for Occupations: A Review, Update, and Critique. *Sociological Methodology*, v. 27, n. 1, pp. 177–298, jan. 1997.
- HENDRICKX, John. *ISKO: Stata module to recode 4 digit ISCO-88 occupational codes*, 2004. Disponível em: http://ideas.repec.org/c/boc/bocode/s425802.html
- HODGE, Robert W. The measurement of occupational status. *Social Science Research*, v. 10, n. 4, pp. 396–415, dez. 1981.
- HOUT, Michael; DIPRETE, Thomas A. What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 24, n. 1, pp. 1–20, 2006.
- HOUT, Michael; HAUSER, Robert M. Symmetry and Hierarchy in Social Mobility: A Methodological Analysis of the CASMIN Model of Class Mobility. *European Sociological Review*, v. 8, n. 3, pp. 239–266, 1992.
- ILO INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *International Standard Classification of Occupations 1988 (ISCO-88)*. Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm. Acesso em: 13 out. 2014.
- KALMIJN, Matthijs. Intermarriage and Homogamy: Causes, Patterns, Trends. *Annual Review of Sociology*, v. 24, n. 1, pp. 395–421, 1998.
- KRUSKAL, Joseph B.; WISH, Myron. *Multidimensional Scaling*. Beverly Hills, CA: SAGE Publications, 1978.
- LAUMANN, Edward O. *Prestige and association in an urban community: an analysis of an urban stratification system.* Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966.
- ______. *Bonds of pluralism: the form and substance of urban social networks.* New York: Wiley, 1973.
- LAUMANN, Edward O.; GUTTMAN, Louis. The Relative Associational Contiguity of Occupations in an Urban Setting. *American Sociological Review*, v. 31, n. 2, pp. 169–178, 1966.

- LEBARON, Frédéric. How Bourdieu "Quantified" Bourdieu: The Geometric Modelling of Data. *In*: ROBSON, K.; SANDERS, C. (Eds.). . *Quantifying Theory: Pierre Bourdieu*. Dordrecht: Springer, 2009. .
- LENSKI, Gerhard E. American Social Classes: Statistical Strata or Social Groups. *American Journal of Sociology*, v. 58, n. 2, pp. 139–144, 1 set. 1952.
- _____. Status Crystallization: A Non-Vertical Dimension of Social Status. *American Sociological Review*, v. 19, n. 4, pp. 405, ago. 1954.
- LUCA, Deborah De; MERAVIGLIA, Cinzia; GANZEBOOM, Harry B. G. Measures and Dimensions of Occupational Stratification: The Case of a Relational Scale for Italy. *In*: LAMBERT, P.; CONNELLY, R.; BLACKBURN, R. M.; GAYLE, V. (Eds.). . *Social Stratification: Trends and Processes*. Farnham, UK: Ashgate, 2012. .
- MARQUES, Eduardo; SCALON, Celi; OLIVEIRA, Maria Aparecida. Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Dados*, v. 51, n. 1, pp. 215–238, 2008.
- MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998a.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.
- PARKIN, Frank. Social stratification. *In*: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Eds.). . *A history of sociological analysis*. London: Heinemann, 1979. .
- PARSONS, Talcott. An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification. *American Journal of Sociology*, v. 45, n. 6, pp. 841–862, 1940.
- Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited. *Sociological Inquiry*, v. 40, n. 2, pp. 13–72, 1970.
- PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- POWERS, Daniel A.; XIE, Yu. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. San Diego: Academic Press, 1999.
- PRANDY, Keneth. The Revised Cambridge Scale of Occupations. *Sociology*, v. 24, n. 4, pp. 629–655, 1 nov. 1990.
- PRANDY, Kenneth; LAMBERT, Paul. Marriage, Social Distance and the Social Space: An Alternative Derivation and Validation of the Cambridge Scale. *Sociology*, v. 37, n. 3, pp. 397–411, 1 ago. 2003.
- PRÉTECEILLE, Edmond; CARDOSO, Adalberto. Río de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris. *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, v. XL, n. 158, 2008.
- RAFTERY, Adrian E. Bayesian Model Selection in Social Research. *Sociological Methodology*, v. 25, pp. 111–163, 1995.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2007.
- Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. *Dados*, v. 55, n. 3, pp. 641–679, 2012.
- _____. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. *Sociologias*, v. 16, n.

- 37, pp. 178–217, dez. 2014.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, v. 44, n. 1, 2001.
- SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, pp. 387–407, ago. 2012.
- SCHWARTZ, Christine R. Trends and Variation in Assortative Mating: Causes and Consequences. *Annual Review of Sociology*, v. 39, pp. 451–470, 2013.
- SHILS, Edward. Deference. *In*: JACKSON, J. A. (Ed.). . *Social Stratification*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. pp. 104–132.
- SILVA, Nelson do Valle. Posição social das ocupações. Rio de Janeiro: IBGE, mimeo, 1974.
- _____. Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980. Rio de Janeiro: Laboratório Nacional de Computação Científica, 1985.
- _____. Uma Classificação Ocupacional para o Estudo da Mobilidade e da Situação de Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/LNCC, mimeo, 1988.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; Iuperj, 1992.
- SØRENSEN, Aage B. Toward a Sounder Basis for Class Analysis. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, pp. 1523–1558, 2000.
- STEWART, A.; PRANDY, K.; BLACKBURN, R. M. Measuring the Class Structure. *Nature*, v. 245, n. 5426, pp. 415–417, 26 out. 1973.
- TORSSANDER, Jenny; ERIKSON, Robert. Stratification and Mortality A Comparison of Education, Class, Status, and Income. *European Sociological Review*, v. 26, n. 4, pp. 465–474, 1 jul. 2009.
- TREIMAN, Donald J. Occupational Prestige in Comparative Perspective. New York: Academic Press, 1977.
- TURNER, Heather; FIRTH, David. gnm: Generalized Nonlinear Models. R package, versão 1.0-7, 2014.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1998. v. 1
- ______. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1999. v. 2
- WONG, Raymond. Association models. Thousand Oaks: Sage, 2010.
- WRIGHT, Erik Olin. Classes. London: Verso, 1985.
- ______. Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. The Shadow of Exploitation in Weber's Class Analysis. *American Sociological Review*, v. 67, n. 6, pp. 832–853, 2002.
- _____ (ED.). Approaches to class analysis. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2005.